


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

SILVANIE CAMPOS DE SOUZA

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CORPO DO
TRANSHOMEM NA PERSPECTIVA
FOUCAULTIANA**



ARARAQUARA – SP
2018

Souza, Silvanie Campos de
A Construção Discursiva do Corpo do Transhomem na
Perspectiva Foucaultiana / Silvanie Campos de Souza
- 2018
111 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Maria Regina Momesso

1. Transgênero. 2. Transhomem. 3. Análise do
Discurso. 4. Corpo. 5. Relações de Gênero. I. Título.

SILVANIE CAMPOS DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CORPO DO TRANSHOMEM NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Regina Momesso

ARARAQUARA – SP
2018

SILVANIE CAMPOS DE SOUZA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CORPO DO TRANSHOMEM NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Regina Momesso

Data da Defesa: 28 / 02 / 2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Regina Momesso
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Jorge Leite Júnior
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR/São Carlos.

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista
FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

ARARAQUARA – SP
2018

Às mulheres da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À toda família Campos, meus tios, tias e primos, minha vó Tonica (*in memoriam*) e meu avô Godofredo (*in memoriam*), que me ensinaram os princípios morais e o amor ao próximo através dos ensinamentos passados a minha mãe, Joana Darc, a mulher mais “fodástica” que conheço! Aos meus avós paternos, aos meus tios e tias e a meu pai, respectivamente: Raimunda (cotinha), João Sousa, Joaquim, Betânia, Cristiane, João, Daniele, Fernando, Marcio, Jorge e Marcílio, por todo esforço que fizeram para me proporcionar o viver.

Aos meus irmãos Suzeline, Júnior, Suzeane, Marcelo e Sandy, amores da minha vida. Aos meus sobrinhos, razão do meu viver Yasmin (*in memoriam*) Sarah, Matheus, Manuela e Bento. Aquela que divide as alegrias, as dores, e a vida comigo, meu grande amor, Danusa e ao pacote completo, meu enteado querido, Khallil, minha cunhada Tatiany, minha sobrinha Ana Clara, a família Falcão Batista como um todo. Aos pets que tanto me fizeram companhia durante os dias de escrita a fio, Máximos, Brisa e Joca.

Aos meus amigos de longa data e não menos importante em minha formação, Nayáry, Bruna, Emanuelle, Victor, Daniel, Flávia, Jéssica – pela companhia e abrigo nos dias de estresse –, aos amigos/irmãos que a vida me deu Fernanda, Gabriela e Jozi pessoas maravilhosas, singulares, amigas e acima de tudo; à Mônica Krüger pelas conversas enriquecedoras e infinitas, à Karin Krüger – amiga querida, pessoa maravilhosa, sempre disponível, carinhosa e amorosa, um grande presente que a vida me deu – à família Krüger/Jung, por todo o cuidado, pelo abrigo, por serem minha família em São Paulo, obrigada por me receberem de braços e coração aberto, tia Brôca, tio André e a Dona Elza. Aos amigos do mestrado que dividiram a dor e a delícia dessa experiência ao meu lado.

Aos meus professores, sem os quais não seria possível chegar até aqui. À professora Rita que me ensinou a ler e escrever. Às professoras da graduação, grandes mestras, que me orientaram e possibilitaram o aprender a ouvir o outro, Elizabeth Levy, Lúcia Medeiros, Sandra Lobato. À minha querida orientadora e amiga querida Regina Momesso, por toda a dedicação, ajuda, paciência a mim dirigida e principalmente por embarcar nessa loucura junto comigo, sou muito grata. À professora Ana Paula Brancaloni pelo enriquecimento teórico nos estudos da sexualidade e gênero, por ter produzido inquietações que me levaram a elaboração desta pesquisa e pela contribuição em minha banca de qualificação, muito obrigada. Ao professor Jorge Leite Jr. pelas sugestões, pela contribuição, pela disponibilidade

– tão raro hoje em dia – e ajuda na produção deste trabalho, muito obrigada! Ao Professor Paulo Rennes pela participação em minha banca de defesa.

Aos participantes da pesquisa que se disponibilizaram a compartilhar suas histórias, suas lutas, suas dores e alegrias comigo, Rafael, Arthur, Julian e Yan. Ao Beto Paes que realizou o intercâmbio com os participantes, quem abriu as portas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH e ofereceu todo o suporte para a realização das entrevistas.

A Universidade Estadual Paulista – UNESP-FCLAr especificamente ao programa de pós-graduação em Educação Sexual, pela possibilidade de realização do sonho de estudar sexualidade.

Por fim, a todos e todas as pessoas que de alguma forma, fizeram parte da minha vida e também contribuíram para que me tornasse a pessoa que sou, meu sincero agradecimento.

*... rompi tratados,
traí os ritos, quebrei a
lança, lancei no
espaço, um grito, um
desabafo.
E o que me importa é
não estar vencido,
minha vida, meus
mortos, meus
caminhos tortos, meu
sangue latino, minha
alma cativa!!!*

Ney Matogrosso¹.

¹ Trecho da Música “Sangue Latino” para lembrarmos às lutas, a resistência que se trava diariamente ao se reconhecer transgressor às normas desta sociedade. Em homenagem aos que se foram, aos que estão e aos que ainda virão. É preciso resistir!

RESUMO

Essa pesquisa é fruto do desejo de compreensão dos discursos sobre expressões, corpo, subjetividades, materialidades dos enunciados de gênero, especificamente os relacionados às identidades de transhomens. O objetivo principal deste trabalho foi descrever relações discursivas que constroem o corpo do transhomem, tanto as relações imersas a verdades e saberes, quanto as permeadas por controle, disciplina e poder que se materializam nesses corpos. Na perspectiva teórica utilizou-se a Análise de Discurso (AD) Francesa com ênfase na Teoria de Michel Foucault. Isto posto, os discursos aqui presentes foram delimitados afim de tomar um ponto de partida para a análise discursiva, evidenciamos a questão da patologização da identidade transgênera, descrevendo como esse ponto se articula e se reproduz dentro da vivência de transhomens. Sendo assim, compreende-se por pessoas transgêneras indivíduos que não apresentam identificação entre sexo biológico e gênero, sendo transhomens sujeitos biologicamente femininos, com percepção de identidade masculina. Optou-se por realizar esta pesquisa no Estado do Pará, na cidade e região metropolitana de Belém, haja vista a familiaridade da pesquisadora com a região. Esta pesquisa foi realizada nos moldes da pesquisa de Campo de natureza qualitativa, com utilização de um questionário socioeconômico e um roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), em auditório cedido pela Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual/GLoS, no dia 27 de outubro. Foram entrevistados quatro transhomens, na faixa etária de 18 a 40 anos que se autodenominavam transhomens. Não se utilizou como obrigatoriedade a presença no programa Transexualizador do SUS para a legitimação da identidade dos participantes desta pesquisa. Os resultados evidenciam um processo de formação da identidade de transhomens baseados em discursos diversos, com destaque para os enunciados das ciências médicas, que legitimam a vivência da transexualidade dentro do aspecto patológico. Por outro lado, para a criação da identidade transgênera é imprescindível que se tenha o sujeito que nela se identifique. Portanto, pensar em analisar produções de “verdades” e as relações de disciplinamento dos corpos que advêm delas é em primeira mão para entender esse processo em eterno movimento de produção, significação, identificação e materialização que produzem, numa constante, formas de subjetivações, influenciadas por pensamentos de um dado período histórico.

Palavras-chave: Transgênero. Transhomem. Análise do Discurso. Corpo. Relações de Gênero.

RESUMEN

Esta investigación es fruto del deseo de comprensión de los discursos sobre expresiones, cuerpo, subjetividades, materialidades de los enunciados de género, específicamente los relacionados a las identidades de transhombres. El objetivo principal de este trabajo fue describir relaciones discursivas que construyen el cuerpo del transhomem, tanto las relaciones inmersas a verdades y saberes, como las permeadas por control, disciplina y poder que se materializan en esos cuerpos. En la perspectiva teórica se utilizó el Análisis de Discurso (AD) Francés con énfasis en la Teoría de Michel Foucault. En este sentido, los discursos aquí presentes fueron delimitados a fin de tomar un punto de partida para el análisis discursivo, evidenciamos la cuestión de la patologización de la identidad transgénera, describiendo cómo ese punto se articula y se reproduce dentro de la vivencia de transhombres. Siendo así, se comprende por personas transgénero individuos que no presentan identificación entre sexo biológico y género, siendo transhombres sujetos biológicamente femeninos, con percepción de identidad masculina. Se optó por realizar esta investigación en el Estado de Pará, en la ciudad y región metropolitana de Belém, teniendo en cuenta la familiaridad de la investigadora con la región. Esta investigación fue realizada en los moldes de la investigación de Campo de naturaleza cualitativa, con utilización de un cuestionario socioeconómico y un guión de entrevista semiestructurada. Las entrevistas fueron realizadas en la Secretaría de Estado de Justicia y Derechos Humanos (SEJUDH), en auditorio cedido por la Gerencia de Protección a la Libre Orientación Sexual / GLOS, el día 27 de octubre. Se entrevistó a cuatro transhombres, en el grupo de edad de 18 a 40 años que se autodenominaban transhombres. No se utilizó como obligatoriedad la presencia en el programa Transexualizador del SUS para la legitimación de la identidad de los participantes de esta investigación. Los resultados evidencian un proceso de formación de la identidad de transhombres basados en discursos diversos, con destaque para los enunciados de las ciencias médicas, que legitiman la vivencia de la transexualidad dentro del aspecto patológico. Por otro lado, para la creación de la identidad transgénera es imprescindible que se tenga el sujeto que en ella se identifique. Por lo tanto, pensar en analizar producciones de "verdades" y las relaciones de disciplinamiento de los cuerpos que vienen de ellas es de primera mano para entender ese proceso en eterno movimiento de producción, significación, identificación y materialización que producen, en una constante, formas de subjetividades, influenciadas por pensamientos de un determinado período histórico

Palabras-claves: Transgénero. Trans hombre. Análisis del Discurso. Cuerpo. Relaciones de género.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CFM	Conselho Federal de Medicina
CIS	Cisgênero
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FTM	Female-to-male
GLOS	Gerência de Livre Orientação Sexual
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
TRANS	Transgênero

SUMÁRIO

1. Apresentação	11
2. Introdução	12
3. O Lugar de onde se Fala: delimitando as condições de produção discursiva	13
3.1. As Palavras e as Coisas: o gênero e a organização dos Papeis Sociais.....	19
3.2. A Normalização e os discursos sobre os Corpos	28
3.2.1. O Discurso Médico: o Normal, Patológico e Sexualidade	34
3.3. Discursos Sobre Masculinidades: sou homem com H.	43
3.3.1. Transexperiência Masculina	49
4. Percurso Metodológico: delimitando o lugar de pesquisa.....	59
4.1. A Metodologia Utilizada.....	63
4.2. Etapas de realização da Pesquisa	64
4.2.1. Levantamento Bibliográfico.....	64
4.2.2. Aspectos Éticos Adotados.....	65
4.2.3. A Escolha do local de coleta de Dados	65
4.2.4. Inserção no campo de Pesquisa	67
4.2.5. Realização das Entrevistas	68
4.2.6. A Escolha dos Participantes	68
4.3. Método utilizado na análise de Dados.....	69
5. Apresentação dos Participantes, Resultados e Discussões.	72
5.1. Corpos que falam, que produzem e são produzidos nas relações de Saber-Poder ...	78
5.1.1. Supõe-se que a interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga e negar que exista.	84
5.1.2. Vontade de Verdade: a construção discursiva do corpo Transhomem	88
6. Considerações Finais	96
7. Cronograma.....	98
8. Referências.....	99
Apêndices	105
Apêndice A – Roteiro de Entrevista	106
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	107
Apêndice C – Roteiro do Questionario Socioeconomico	109

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de inquietações presentes desde minha graduação em Psicologia. No quarto ano de graduação tive contato com a disciplina de Psicologia da Sexualidade, que me despertou para a área da sexualidade. Dessa forma, de 2014 até o presente momento tenho me empenhado enquanto Psicóloga e Pesquisadora para contribuir com a despatologização das identidades transgêneras, que vem a longos períodos sofrendo as desventuras de não se enquadrar a lógica cisgênera.

É necessário pontuar que os discursos aqui presentes se fazem no sentido de abordar o tema de forma ampla, portanto circulam neste texto os mais variados discursos sobre o tema, evidenciando que apenas o discurso biológico sobre a transexualidade não é suficiente para abarcar a vivência da população transgênera. Portanto, partiremos de uma abordagem de performatividade proposta por Butler e Bento, na qual se compreende que os sujeitos se atualizam em suas práticas cotidianas para serem reconhecidos como membros legítimos do gênero com o qual se identificam.

O trabalho está dividido em tópicos com a finalidade de possibilitar uma melhor delimitação e entendimento sobre o tema aqui abordado. No primeiro tópico, farei uma breve contextualização sobre a identidade transgênera, justificando a relevância da pesquisa e explicitando os objetivos do trabalho. No segundo tópico descrevo o passo a passo da pesquisa por meio da metodologia empregada. No terceiro tópico, me disponho a aprofundar a discussão sobre gênero, as identidades transgêneras e os discursos que permeiam essa vivência. No quarto tópico apresento os dados coletados e os resultados da pesquisa, bem como proponho algumas reflexões sobre o tema.

2. Introdução

O interesse em propor a discussão sobre a construção do corpo transgênero se faz presente na medida em que discursos sobre a identidade de gênero se reformulam, e tece-se um novo pensar sobre masculinidades. O desejo desta pesquisa perpassa pela vontade de saber, uma possibilidade de compreensão deste universo que é a sexualidade. Nessa trama, pesquisar a identidade transgênera, surge como forma de efetivação para o estudo das relações de gênero.

A vontade de saber em se tratando de pesquisas sobre as identidades que transitam entre gêneros, não apresentam caráter inédito, autores afirmam que desde a antiguidade clássica registros artísticos, literários, antropológicos, anunciam o que mais tarde viria a ser tendência de estudos em sexualidade (Bruns & Pinto, 2003; Bento, 2006; Cossi, 2011; Ceccarelli, 2008/2013; Zerbinati, 2017).

Dentro da perspectiva dos estudos em gênero e das identidades transgêneras, pensou-se em trabalhar o corpo como maneira de apropriação do saber, devido a compreensão deste como dispositivo de materialização da subjetivação dos sujeitos e meio pelo qual os discursos se inserem na medida em que os dispositivos de controle, de poder, circulam e produzem corpos, pensados para ocupar determinadas posições de poder (Teixeira, 2017). Desta maneira, com a finalidade de exercer certo lugar de poder os sujeitos utilizam tecnologias para modificar seus corpos, tornando-os disciplinados dentro de uma lógica cisgênera.

Ceccarelli (2008) em seu artigo “*O corpo como estrangeiro*” relata que desde a mitologia grega têm-se relatos de estudos que tangenciam o tema transexualidade – aqui utilizado a nomenclatura transgênero, com o intuito de evidenciar que o foco desta pesquisa está nos estudos de gênero – sendo novidade nessa abordagem somente a possibilidade do uso de tecnologias para a “mudança de sexo”, ou nas palavras de Butler (1999),

possibilidades de tornar-se inteligível por meio das modificações realizadas em seus corpos. Nessa perspectiva, o novo “sexo assumido” pelo transgênero seria o que qualificaria seu corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Outros estudos relatando casos clínicos presentes na literatura sobre pessoas transgêneras relatam homens e mulheres que “descobrem” pertencer a outro sexo, causando instabilidade social e dúvida naqueles que os cercam, sobre como proceder. Nesses relatos, o foco da resolutividade não estava nos indivíduos como pertencentes a determinado sexo biológico exatamente, e sim, ao tipo de papel, função social que esses ocupariam (Laqueur, 2001; Leite Jr., 2009), demonstrando que as questões de gênero e dos papéis sociais são preponderantes quando comparado a questão do sexo biológico.

Sendo assim, essas e outras questões serão explicitadas ao longo dos tópicos desta dissertação. Destaca-se como propósito central o estudo dos discursos presentes na construção da imagem do corpo do indivíduo transgênero masculino, o transhomem. Portanto, os enunciados aqui pronunciados têm como objetivo demonstrar de que forma os ditos sobre papéis de gênero, os discursos sobre o que se acredita ser homem em nossa sociedade e os saberes científicos que legitimam essa prática, influenciam na subjetivação, vivência e construção do corpo dos transhomens.

3. O Lugar de onde se fala: delimitando as condições de produção discursiva

A partir deste tópico serão pronunciados discursos sobre diferentes saberes acerca da transexualidade. Por questões de organização e melhor entendimento dos tópicos, optou-se por separar cada produção discursiva, não significando que tais produções estejam descontinuas, muito pelo contrário, elas estão interligadas, sendo nesse entrelaçamento que o

discurso do corpo do sujeito se conecta ao discurso do saber médico, imerso aos discursos das relações gênero e assim por diante. Isso posto, nesse primeiro tópico o objetivo é tecer algumas considerações sobre a análise de discurso francesa, referencial teórico-metodológico que serve de base para reflexão sobre as questões de gênero, foco dessa pesquisa.

Segundo Maingueneau (2015) no prefácio do livro “Discurso e análise do discurso” assevera que o campo da análise de discurso é resultado da convergência de correntes de pesquisa advindas de disciplinas diversas, tais como: linguística, sociologia, filosofia, psicologia, teoria literária, antropologia, história, entre outras, mas que também exerce sua influência sobre elas.

Afirma ainda que as linhas de força que estruturam o campo discursivo levam em conta a heterogeneidade do discurso, portanto, não há métodos imediatamente operatórios, mas sim o método vai se construindo nas mãos do analista, pois mesmo que as problemáticas do discurso desenvolvidas na França tenham servido de fundadoras e continuem como orientadora para as análises, hoje a análise de discurso insere-se dentro de um espaço de pesquisa globalizado, no qual as hibridações conceituais se multiplicam. Dentro do campo dos estudos de discurso, este trabalho, insere-se dentro no recorte da análise de discurso, a qual se têm como foco o “discurso”, conceito diferente de texto.

O nascimento da Análise do Discurso (AD) tem como palco principal a França, no auge do apogeu do estruturalismo. No ano de 1969, na França é publicada a revista de linguística *Languages* número 13, que atribuía o nome de análise de discurso a um campo novo. Michel Pêcheux publica a obra “Análise automática do discurso” e Michel Foucault o livro “Arqueologia do saber”, nas quais se encontravam as noções de discurso.

Em “Análise automática do discurso” Pêcheux (2010) conceitua discurso como efeito de sentido entre interlocutores. Defende que o discurso é material simbólico, onde não há apenas a transmissão de informações, há um processo de interlocução, em que sujeitos se

constituem por meio do/no discurso, ou seja, os sujeitos e os sentidos são afetados pela história no funcionamento da língua(gem), o que é exterior ao discurso tal como a ideologia, a historicidade fazem parte do discurso, sendo a língua(gem) materialização do discurso. Orlandi (2007) pautada em Pêcheux explicita:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Pêcheux, 2010, p. 15).

Na obra “Arqueologia do saber” Foucault coloca a noção de discurso como:

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2012, p. 9).

Para Foucault o discurso é prática, processo determinado pelas formações discursivas (modos de dizer), as quais constituem o saber de uma determinada época e são constituídas e ordenadas socialmente e não individualmente. Para Michel Foucault, é preciso que se faça o exercício de se ficar apenas no nível da existência das palavras, das coisas ditas, trabalhando arduamente o discurso, deixando emergir sua complexidade. Para isso é preciso se desprender de um longo aprendizado que entende o discurso como um conjunto de signos e significantes,

apresentando tal ou qual significado oculto, distorcido e dissimulado escondidos ou subentendidos no discurso (Fischer, 2001). “Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos” (Ibidem, p. 198-199).

Portanto, analisar os discursos sobre o sujeito transgênero seria primeiramente fugir das interpretações do que estariam “implícitos”, por trás desses enunciados, procurando explorar incansavelmente o discurso em si, considerando que estes são uma “produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas” (Fischer, 2001, p. 199).

Logo, o termo *transgênero* constitui-se a partir da prática discursiva que irá se fazendo no seio da sociedade, é produzido, ordenado, qualificado no social. Enquanto entidade nosológica a transexualidade² foi descrita pela primeira vez por Jean Dominique Esquirol no século XIX, mas foi por volta da década de 50 que o Médico Harry Benjamin aprofundou as teorias sobre o que mais tarde, por influência dos discursos das disciplinas médicas, passaria a se chamar de distúrbio de identidade de gênero.

Retornando a proposta de Foucault, para compreenderem-se os discursos é preciso olhar as rupturas dos pensamentos de cada época, é preciso entender as relações de poder que circulam nos enunciados, é preciso perceber que o poder não é estático, ele está em tudo e em todos, descreve-lo, antes é entender esse constata movimento reformulação (Teixeira, 2017). Logo, compreender o(s) seu(s) sentido(s) é entender as regras que permitem que algo apareça

² Nesse período histórico a terminologia “transgênero” não era utilizada, em detrimento desta, utilizava-se o termo “transexual”, refletindo a perspectiva da época, que focava na definição da transexualidade baseada nas diferenças presentes no sexo biológico dos sujeitos. Nesse pensamento, se acreditava haver dois gêneros presente em apenas um sexo.

como objeto do discurso e ao analisar tais regras perceber a existência de enunciações diversas na constituição de um discurso.

Deste modo, Boas (2012) complementa que,

Para Foucault essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, nem as circunstâncias em que esse discurso se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. A partir dessas relações é que se institui a noção de regra e regularidade discursivas. (p. 63).

Como já afirmado a análise do discurso (AD) não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise (Caregnato e Mutti, 2006, p. 680). O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. É um elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade, lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são históricos-sociais.

No livro “A ordem do Discurso”, Foucault afirma que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 8-9). Esse controle do discurso se dá de várias maneiras através dos procedimentos de exclusão, um dos mais utilizados em nossa sociedade é conhecido como a interdição.

É sabido que a materialização do discurso se dá no processo de exteriorização da língua. Portanto, o sujeito não é livre para dizer tudo, nem mesmo se poderia dizer tudo em qualquer circunstância, tão pouco, qualquer indivíduo é livre para falar qualquer coisa, pois

tem-se um jogo que organiza o que pode ser dito, por quem pode ser dito e quando pode ser dito. O tabu do objeto (que não se tem o direito de dizer tudo), o ritual da circunstância (que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (qualquer um não pode falar de qualquer coisa), formam os “[...] três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 2014, p.9)”.

É por meio da língua, então que o um discurso se torna real e viável. A ela é atribuído tanto o poder de manutenção quanto o de reorganização do estado-de-coisas. Mas a língua não é homogênea e transparente como aparenta ser, ela é heterogênea, capaz de produzir falhas, “equivocos”. Sendo estes equivocos os responsáveis pelas múltiplas leituras de um enunciado.

A produção de um discurso se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. Significando respectivamente o que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas e o outro é responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos.

É com base nesses pressupostos que em AD trabalha-se com o sentido e não com o conteúdo em si do texto. O sentido não é algo que possa ser traduzido, não é exato tampouco fechado, mas sim produzido; ele é constituído com base na seguinte formulação: ideologia + história + linguagem (Caregnato & Mutti, 2006, p. 680). Seguindo na ideia das autoras:

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do

texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer (Caregnato & Mutti, 2006, p. 680).

Diante do exposto até aqui, percebe-se que a análise de discurso francesa atual mescla as contribuições desses dois fundadores iniciais Pêcheux e Foucault, entretanto, deve-se colocar que entre esses dois fundadores há contrastes importantes, e neste trabalho utilizaremos os procedimentos de interpretação dos discursos proposto por Foucault, delimitando as condições de existência e as correlações com outros enunciados sobre as identidades de sujeitos transgêneros, buscando-se o que está manifesto neles e descrevendo-os em sua complexidade (Foucault, 2012).

3.1. As palavras e as coisas: o gênero e a organização dos papéis sociais

Falar de gênero quanto organizador da dinâmica social é considerar as relações de saber e poder envolvidas nessa constituição. É para além de entender o poder como algo físico e imóvel, é compreendê-lo com movimento, algo que é circulante, precisa-se olhar para o sujeito que está em construção, para as instituições e para os sujeitos que constroem as instituições, a descrição é sempre de um recorte, pois se é movimento não há como defini-lo, ele se modifica conforme a mudança dos envolvidos nas relações de poder (Teixeira, 2017).

Rubin, já em 1975, cita estudos como os de Ford e Beach (1972), que falam o quanto os sistemas organizativos da sociedade podem parecer bizarros, conforme a época e os costumes da sociedade analisada:

Todas as sociedades possuem um sistema de sexo/gênero - um grupo de arranjos pelo qual a matéria prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção social humana e satisfeita de maneira convencional, não importando quão bizarras possam ser essas convenções (p.4).

Em outra passagem a autora relata que o sexo e gênero, como outros conceitos são produtos das relações sociais, que ao longo dos anos sofreram modificações:

O objetivo do sexo, gênero e reprodução humana esteve sujeito à impiedosa atividade social e foi por ela mudada, durante milênios. Sexo, da maneira que o conhecemos - identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, conceitos de infância - é um produto social em si. (Rubin, 1975, p. 4).

Efetivamente, da maneira que se compreende na atualidade, o termo gênero passou a ser utilizado a partir dos estudos do movimento feministas na década de 70. Essas pesquisas falavam em sua maioria sobre o papel feminino, questionando o lugar da mulher na sociedade. Influenciado por esse movimento, no final da década de 1980 percebe-se novos vieses, passa-se a questionar toda uma ordem hegemônica que determinava, e determina o que é ser mulher e homem nesta sociedade (Bento, 2012). Corroborando a essa afirmação Piscitelli (1998) descreve que as primeiras produções de pesquisas em gênero “realizadas por antropólogas feministas durante os anos 90 tende a ser(respeitosamente) evitada (p. 308)”.

Berenice Bento (2011) no artigo “*Na escola se aprende que a diferença faz diferença*” relata que o processo de naturalização de gênero é tão entranhado que a partir do momento em que se pensa o surgimento de uma nova vida, automaticamente criam-se expectativas

sobre os papéis que este sujeito irá exercer socialmente. De acordo com a autora “quando o sexo da criança é revelado, o que era uma abstração passa a ter concretude. O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa” (p. 550).

Ainda segundo Bento (2011) ao nascer a criança se depara com uma complexa rede de expectativas e desejos a ela projetados. O sexo biológico, nesse momento é visto como determinante as atribuições de gênero que o sujeito irá exercer ao longo de sua vida. Essas suposições sobre o como se deve ser é uma complexa rede que determina comportamentos, atitudes e subjetividades, é uma tentativa compulsória de naturalização dos desejos que acabam por antecipar o efeito que se supunha a causa, ou seja, é esperado que um indivíduo do sexo biológico masculino, identifique-se com os papéis de gênero atribuídos aos homens e conseqüentemente apresente desejos sexuais pelo sexo oposto, o sexo feminino.

Outros estudos, como o de Butler (2003), apontam o gênero em perspectiva fluida, modificável, para além das questões de identidade, transbordando as categorias de feminino e masculino. Ainda segundo a autora, o gênero é uma forma de questionamento contra a hegemonia do sexo como destino final. Em tese, o gênero contrapõe-se ao determinismo proposto pelo sexo biológico, e possibilita uma cisão com a noção de causalidade, pois sendo o gênero compreendido como construção social abre espaço para múltipla interpretação do sexo.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente, independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2003, p. 24-25).

A ausência de uma compreensão fluida em relação ao sexo e gênero possibilita que essas terminologias sejam utilizadas para legitimar uma prática discursiva que patologiza indivíduos, na mesma medida em que cria sujeitos doente. Em outra passagem Butler (2009) esclarece uma possível justificativa dos sujeitos transgêneros incorporarem o discurso patologizante.

O diagnóstico continua sendo valorizado por facilitar um percurso economicamente viável para a transição. Por outro lado, a firme oposição ao diagnóstico se dá porque ele continua a patologizar como doença mental o que deveria ser, ao contrário, entendido como uma possibilidade entre outras de determinar o próprio gênero (p. 97).

Simone Ávila (2014) ao citar Stuart Hall (2000) reflete sobre a forma como se criam as transidentidades³ por meio dos discursos. Refere que as práticas discursivas ao mesmo tempo em que convocam a assumir ‘posições’ de poder criam as subjetividades/formas de subjetivação que produzirão os próprios sujeitos que ocuparão os lugares de poder na ordem do discurso. Portanto, o lugar em que este sujeito circula é percebido como lugar de legitimação de poder, onde apenas o sujeito do discurso tem a legitimidade da fala, pois se sabe que qualquer um, não pode, há qualquer momento, falar sobre qualquer assunto. Desta maneira, o discurso é compreendido como prática, ação e movimento, ele existe na interação, construindo e programando sujeitos, subjetividades.

Para Ávila (2014), a hipótese para a maior visibilidade do transhomem na sociedade brasileira decorre da via que o determinou como “doentes mentais”. Ou seja, às práticas

³ Autora se refere às identidades masculinas produzidas por transhomens (Ávila, 2014, p. 19).

discursivas ao propagarem a “anormalidade” da identidade do transhomem, admitem sua existência, porém, este processo de legitimação se dá de maneira perversa, legitimando-os pelo viés da anormalidade.

A minha hipótese inicial é que, se por um lado, os discursos médicos e “psi” sobre transexualidade a colocaram por muito tempo no âmbito das doenças mentais, provocando sofrimentos e inúmeras dificuldades de diversas ordens na vida das pessoas trans, por outro, esses mesmos discursos abrem a possibilidade à produção de subjetividades trans e à constituição de sujeitos (Ávila, 2014, p. 20).

Desta maneira, cabe o questionamento sobre a naturalização do gênero na perspectiva cisgênera, como atribuir um gênero ao nascer, se os papéis sociais, a interação, a consciência do sujeito e sua subjetividade lhe é posterior ao momento da concepção? Essa consideração proposta pela autora vai ao encontro com as ideias de Foucault (1987) e Butler (2005) sobre a constituição do sujeito, quando se entende que os discurso sobre a identidade transgênera antecede o indivíduo, percebe-se que não é o caráter da preexistência dos enunciados que condiciona a categorização deste indivíduo, o sujeito transgênero só ganha existência no momento que este se reconhece no discurso (Ávila, 2014).

Destarte, o gênero funcionaria como forma de organização social das estruturas discursivas sobre os papéis sociais dos indivíduos. É por meio das relações de gênero, que sujeitos irão se localizar, se tornando ou buscando reconhecimento quanto pertencentes a determinada identidade social. E nesse processo de reconhecimento da identidade que sujeitos transgêneros buscam tecnologias para modificar seus corpos, na perspectiva de atender uma demanda interna (sua satisfação pessoal), gerada por um processo de socialização externa.

Sobre esse processo de normatização do sexo/gênero, Rocha Filho (2010) citado por Oliveira Jr. et al., (2012) relata que esta consiste em eleger um padrão de comportamento a ser seguido, considerando este como natural e legítimo, atribuindo ao escolhido características positivas, enquanto que aos demais modelos não correspondentes, atribuem-se caráter anormal, patológico e pejorativo. Em nossa sociedade o modelo de organização social baseia-se na heterossexualidade, sendo assim, o que permeia as relações sociais e consumo está ligada a esse padrão heteronormativo, sendo tudo o que foge à regra, posto à margem dessas relações.

O termo heteronormatividade foi criado por Michael Warner, em 1991, e se refere ao conjunto de condições, – considerando discursos, valores e práticas que levam os sujeitos a organizarem suas vidas de acordo com o modelo heterossexual, independente de sua orientação sexual– visto que a heteronormatividade, neste contexto, é compreendida como um modelo político e social a ser seguido, sendo a única possibilidade “natural” e legítima de expressão (Junqueira, 2012, p. 4).

Isso quer dizer que o sujeito considerado heteronormativo é aquele que atende as expectativas sociais a ele atribuídas, vivenciado sua sexualidade e seus papéis sociais dentro do que é esperado para seu sexo biológico e para seu gênero. Sendo assim, tomando como exemplo as disposições heteronormativas são reguladas por normas de gênero, que são centradas na heterossexualidade e buscam impor, sancionar e legitimá-la como uma única possibilidade de sexo, gênero e expressão da sexualidade. Estas normas agem como organizadoras de relações sociais e produtoras de subjetividades, e são fundamentadas na crença de que, naturalmente, existem dois sexos que seriam transpostos automaticamente em dois gêneros correspondentes e com desejos compatíveis a esta lógica binária (Butler, 2003).

Tais disposições sociais heteronormativas compulsórias legitimam concepções heterossexuais, que ao mesmo tempo aparentemente “libertam” uns, aprisionam outros

sujeitos transgressores da norma atribuindo a esses as sanções sociais que geraram inúmeras implicações psicológicas e sofrimentos a esses indivíduos (Louro, 2001).

Foucault (2015) ao falar dos dispositivos de controle exercidos pelos discursos relata que tudo está imerso a relações de poder e de saber que se implicam mutuamente e que se constituem como “jogos de verdades” de um dado momento histórico. Os discursos seriam então uma forma de propagar uma crença no que seria legítimo e natural com base em discursos que são reformulados ao longo de nossa história.

Esse percurso histórico da mudança da visão do homem sobre sexo e gênero é explicitado por Laqueur (2001) em seu livro “*A invenção do sexo dos Gregos a Freud*”, em que se descrevem as rupturas entre pensamentos de determinado momento histórico como possibilidade de romperem-se também concepções sobre o que se acredita, reformulando-se os discursos e novas maneiras de organização social surgirem.

Seguindo o pensamento de Foucault (2015), ao analisarmos os discursos sobre a expressão da sexualidade, surge a hipótese de que o discurso atual da insistência em diferenciar os sujeitos por meio do sexo biológico, é uma tentativa de silenciar uma nova ordem social que findaria o status quo da sociedade contemporânea, ao passo que, seriam reformuladas as concepções do que se é e do que se pode ser. No entanto, não sejamos ingênuos em pensar que isso seria de todo proveitoso, pois novas concepções veem atreladas de discursos reformulados.

Corroborando esse pensamento, Jesus (2012) explicita que a crença em uma diferença biológica determina modos de serem homem e mulher sendo esta atrelada a comportamentos “naturais” dos sexos. Entretanto, é necessário observar que a principal diferença entre homens e mulheres não é determinada por fatores biológicos, mas por uma construção social, que impõe as crianças modos de agir de acordo com o papel do gênero que lhes foi atribuído ao nascimento e produz “corpos biológicos” e “heterossexuados”.

Butler (2010) nos possibilita a reflexão sobre o gênero como lugar de materialização das normas, onde se atribuem materialidades, condicionantes, que tornam viáveis e qualificam os sujeitos no interior do domínio da inteligibilidade cultural. Nesse sentido, o que estaria em jogo seria a materialidade, a construção dos corpos, haja que é neste último onde estão contidas as expectativas sobre o sujeito. Dessa forma, teríamos então, a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos e consequentemente organiza as relações sociais.

Jesus (2013) conceitua gênero como a compreensão das identidades, dos papéis e expressões de homens e mulheres na vida em sociedade. A discussão sobre a identidade de gênero e seu conceito, possibilita a desconstrução da crença do modelo universal heteronormativo abrindo caminhos para uma construção de identidades que partem de conceituações viáveis, fugindo do espectro biológico.

Butler (2003) propõe a discussão de gênero como “performance”, como uma prótese performática que materializa um corpo, além disso, o gênero não é biológico, mas, expresso a partir da repetição de um estilo que é suposto como sendo fundado a partir da natureza da espécie, ou seja, as performances de gênero – os papéis sociais – são uma construção sócio histórica, possibilitada e transmitida por meio da cultura, muitas vezes, compreendida de forma errônea, como algo inato, próprio do sujeito, como se já estivera com ele desde o nascimento.

Nesse sentido, Butler também conversa com Foucault ao considerar que tais pressupostos sociais partem de uma construção sócio histórica discursiva atrelada ao pensamento de determinada sociedade, que reformula, reproduz e propaga os discursos de uma determinada época (Butler, 2003; Foucault, 1988) por meio de suas formações.

Butler (1999) afirma que essa compulsão social em “assumir” uma identidade sexual produz aos indivíduos uma condição de abjeto quando estes não correspondem aos imperativos heterossexuais. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (Butler, 2010). É o que a Bento (2011) relata quando diz que toda exclusão cria um processo de inclusão perversa e Leite Jr (2012) contribui ao definir o abjeto é o que, na constituição do sujeito socialmente inteligível, é colocado ‘de fora’ desse sujeito, tornando-se seu exterior constitutivo.

Portanto, o gênero é meio de materialização os discursos de poder, regulação e legitimação do que é ser pessoa, logo é lugar onde fabrica-se verdades e emergem relações de poderes. É meio que nos organiza quanto sociedade, seres produtivos, de bens, serviços, pensamentos e em contrapartida nos aprisiona a uma lógica de produção de abjetos.

Considerando tais explicitações sobre gênero e nossa construção social, os indivíduos podem ser enquadrados como cisgênero ou transgênero. Cisgêneros são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, apresentando-se em conformidade com a maioria das expectativas sociais relativas aos papéis de homem ou mulher e de acordo com os dispositivos de gênero com os quais nasceram. Por outro lado, esses sujeitos por sua condição que foge ao padrão do dimorfismo são denominados transgêneros (Jesus, 2012).

Inicialmente passa-se a nomear os sujeitos transgêneros por transexual, essa nomenclatura foi influenciada principalmente pelas pesquisas do Médico Harry Benjamin na década de 50 do século XX (Winck & Petersen, 2005). Já o termo transgênero passou a ser usado na década de 80 do mesmo século, pela militância/ movimento LGBT.

Jorge Leite Jr. (2009), relata que as identidades transgêneras são filhas do “hermafroditismo psíquico”, conceito utilizado a partir do século XIX para designar a nova perspectiva de pensamento que surge na Modernidade, com a medicina e a *Scientia Sexualis*. Decorrente da nova visão de “humano” passa-se a buscar o “verdadeiro sexo” que irá definir quem é homem e quem é mulher, sem os “perigosos” riscos de interpretações equivocadas (p.290). É nesse aspecto que se constrói novas práticas discursivas que englobem as diversas expressões de gênero.

3.2. A Normalização e os discursos sobre os corpos

Pensar na construção de corpos pressupõem primeiramente compreender os poderes presentes nessa constituição. Partimos da compreensão de corpos enquanto construtos sociais e gêneros enquanto performativos (Lima, 2014). Logo concepções de corpos não são fixas, estão em constante movimento, conforme os discursos presentes em cada período histórico, refletir sobre eles torna-se uma possibilidade de modificação das relações de controle.

[...] pensar a produção de resistências a alguns dispositivos de controle no capitalismo global, principalmente os processos de “**assujeitamentos**” dos corpos à matriz heteronormativa. Traz para o contexto as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, os desejos, enfim possibilidades de subverter a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória [**grifo nosso**] (Lima, 2014, p. 16).

Na história da humanidade a suposição de superioridade do gênero masculino esteve sempre presente justificando as condutas e a opressão ao gênero feminino. A partir do século XVIII com a mudança da ciência e da visão do humano, surge um novo modelo conceitual que passa a considerar a existência de dois sexos e dois gêneros. Nesse contexto o discurso dar-se-á pela submissão se reformula e passa a ser controlado pelas disciplinas, onde as diferenças fisiológicas, sociais e espirituais tomando-as como justificativas para o prosseguimento da sujeição feminina, já que nessa perspectiva o feminino é atribuído a fragilidade, o incompleto, legitimando a hierarquização dos sexos (Leite Jr, 2008). Ainda segundo o autor,

É neste sentido que podem ser interpretadas muitas das proibições e escândalos que causavam a troca de vestuários entre homens e mulheres. As roupas sempre foram em nossa cultura um importantíssimo signo de gênero e status, cuja a função era – e ainda é, hoje em dia – o de regular e vigiar as fronteiras culturalmente criadas entre os sexos/gêneros e grupos sociais (Leite Jr, 2008, p.43).

Ao que parece, essa visão não está ultrapassada em nossa sociedade, já que não é visto com naturalidade um homem usar adereços comumente utilizados pelo gênero feminino, tão pouco o inverso é percebido com menos estranheza. Portanto, no século XVIII vestir-se de forma não habitual ao seu gênero era visto como abominação, já que as relações de controle dos corpos eram mais perceptíveis, - não existia o “politicamente correto” para “maquiar” as reais intenções do que se desejava dizer – sendo considerado um “pecado diante de Deus e conseqüentemente algo que pertencia ao Diabo” (Leite Jr, 2008)⁴.

⁴Tese de doutorado em Ciências Sociais “*Nossos corpos também mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. O autor faz uma linha do tempo sobre a história da

Quando se pensa em algo natural, num tipo de ‘essencialização’ de comportamentos dos gêneros, na hierarquização relacionada a um tipo de naturalização, está se falando em relações de controle que determinam o legítimo e o ilegítimo, materializando-se nos corpos. A legislação severa ao mesmo tempo que em nos mostra as relações de poder e saber sobre o feminino e o masculino, também nos possibilita questionar o quão frágil ela é, pois, afirma-se e acredita-se veementemente na superioridade de um sexo a ponto deste ser ameaçado em sua estrutura pelo simples ato de subversão – o travestir-se.

Butler (2009) nos lembra que a reprodução das normas de gênero na vida comum é sempre, de alguma forma, uma negociação com as formas de poder que determinam aqueles cujas vidas serão mais agradáveis para se viver e para aqueles cujas vidas será menos, se não completamente insuportáveis. É o caso, das pessoas transgêneras em que sua vivencia vai de encontro com toda a ordem social imposta pelo determinismo biológico.

Bento (2012), também corrobora a ideia de Butler (2009), na medida em que afirma “não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos” todo o corpo é resultado da visão cultural e científica de determinado período histórico, é o resultado do investimento discursivo a ele atribuído pelas disciplinas, “podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” (Bento, 2012, p. 2657). Seguindo nessa perspectiva, a materialidade do corpo deve ser pensada como efeito de poder, onde o sexo não é aquilo estático, antes é o meio pelo qual o sujeito se torna viável no sentido da inteligibilidade.

Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico. (Bento, 2012, p. 2657).

Foucault (2014), ao falar sobre as técnicas de censura presentes nos discursos exemplifica com o discurso sobre o louco. Este na Idade Média era considerado perigoso, suas palavras desestabilizavam, era detentor, ora de um discurso desconsiderado, ora de um discurso que detinha uma verdade mística sobre os fatos. “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas” (Foucault, 2014, p. 13). Nunca antes do século XVIII um médico teve a curiosidade de ouvir o louco. Poder-se-ia pensar que tal atitude finalmente reflete a consideração do louco como um sujeito inteligível. Todavia, quando passasse a ouvir o discurso do louco é na intenção de manutenção da censura justificada pela sua condição patológica.

Portanto, quando se pretende questionar a ordem naturalizada sobre os discursos dos corpos, deve-se estar atento aos novos enunciados que irão se formar e reformular, pois estamos sempre reproduzindo e reformulando novos discursos que também servem para a manutenção ou cisão de determinada ordem.

Desta maneira, em analogia com o louco do século XVIII, percebe-se que sobre o transgênero também circulam discursos perpassados pelos mecanismos de censura. Tais mecanismos são legitimados pelo o que Foucault denomina de “vontade de verdade”. Essa vontade de verdade funciona como uma interdição e exclusão dos sujeitos que não estão no perfil de “normalidade” (Foucault, 2014). Em contrapartida, esses sujeitos fora do padrão

social compulsório, buscam “entrar na ordem do discurso” por meio das tecnologias de modificações corporais afim de tornar-se inteligível, como verificamos na fala de Daniela Glamur Garcia para o documentário “além das sete cores”:

[...] digamos no mercado você tem dois produtos e você, não compra o produto você nasce dentro do produto. Você nasce enlatado. Você usa rosa ou você usa azul? Você tem pinto ou tem buceta? Você usa short e brinca de homem-aranha, ou você brinca penteando o cabelo de uma Barbie? Cada ser humano tem suas verdades, coisas que você tem que buscar e realizar. Alguns seres, simplesmente tem uma incompatibilidade sexual com o corpo, isso não é uma transformação, isso é um fato. Você não tá se transformando, é um fato entendeu?! Você, por exemplo, nasceu mulher, mas é um homem, isso é um fato, não é uma transformação. Ai de repente você se pega tendo que fazer da sua vida uma transformação inteira, porque todo mundo quer que seja, porque todo mundo é egoísta ao ponto de não conseguir olhar que isso não é uma transformação que isso já é um fato (Daniela Glamour Garcia em depoimento à Camila Biau, 2012).

A fala acima é da protagonista do documentário “Além das sete Cores⁵”, Daniela Glamour Garcia, ela nos possibilita a reflexão sobre essa adequação compulsória do corpo das pessoas trans, a fala de Daniela vem no sentido de diferenciar “o que é”⁶ do que se “deve

⁵ Documentário sobre a Daniela Glamour Garcia, mulher trans, que conduz e esta crônica *queer* sobre o os conflitos de quem decide viver à margem do que é considerado "normal" pela maioria. As normas, limites, classes e categorias que nos são impostas tem mesmo a capacidade de nos fazer sentir habitáveis em nós mesmos? São questionamentos feitos durante o documentário.

⁶ Um homem, com genitais masculinos, buscando a vivencia social feminina através da categorização “mulher transgênera

ser”, ou do que “*é esperado que seja*”⁷ uma pessoa transgênera, dentro da lógica binária e heteronormativa que diz que mulher não tem pênis e homem não tem vagina. E nesse sentido há de ocorrer à transformação do corpo físico que deve estar de acordo com o corpo psíquico.

Bento e Pelúcio (2012, p. 570), corroboram com a discussão, ao registrarem que a protagonista ao término do documentário aderiu ao processo transexualizador.

[...] sua busca por termos de identificação que possam tornar sua vida habitável, fora dos referentes patologizantes e psicologizantes hoje disponíveis. Naquela última cena, Dani parece estar cansada dessa luta; talvez por isso, ao fim de sua participação no documentário, tenha iniciado o processo transexualizador, oferecido pelo Hospital das Clínicas, em São Paulo. Foi buscar nos discursos médicos e psi (referentes à psicanálise, psicologia e psiquiatria) os termos de sua busca por inteligibilidade (Bento & Pelúcio, 2012, p. 570),

Nessa busca em tornar-se adequados os indivíduos transgêneros modificam seus corpos, sua vida e sua maneira de viver a sexualidade. O novo corpo, agora desconhecido, não sente mais prazer como antes e inicia-se um outro processo de aceitação de descobrimento do corpo trans. Bento (2012) fala sobre os riscos dessa busca por reproduzir os estereótipos binários:

Quando se age e se deseja reproduzir a/o mulher/homem “de verdade”, desejando que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero, nem sempre o resultado corresponde àquilo definido e aceito

⁷ Seguir o modelo da Mulher Cisgênera adquirindo genitais femininos por meio do processo de transgenitalização.

socialmente como atos próprios a um/a homem/mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizar as normas de gênero, que geralmente utilizam da violência física ou/e simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. O processo de naturalização das identidades e a patologização fazem parte desse processo de produção das margens, local habitado pelos seres abjetos, que ali devem permanecer (Bento, 2012, p 2657).

Nessa perspectiva o processo de transgenitalização, é por si só, é uma condição que perpetua e legitima que a transexualidade só pode/deve ser vivida pela adequação do estereotipo masculino e feminino. Fala-se de despatologização das identidades, mas continua-se propagando discursos médicos, psicológicos de saberes que legitimam a transexualidade como patologia. (Ávila, 2012)

3.2.1. O Discurso médico: o normal, patológico e sexualidade.

Falar em discurso médico é reconhecer que as práticas discursivas são permeadas por diversos saberes científicos que somam. Esses saberes são os lugares de legitimação ou silenciamento das formas de ser, são os lugares que ordenaram e controlam quem fala, de onde fala, por que fala e para quem fala. Lima (2014) citando Santos (2011) argumenta que a transexualidade deve ser compreendida dentro do contexto de medicalização do corpo individual e social evidentes principalmente nos séculos XVIII e XIX e no contexto da

medicina ligado as perversões que historicamente inscreve a transexualidade enquanto patologia.

Sobre essa prática discursiva de Áran e Murta (2009, p.29) relata que

Os discursos médicos “científicos” que tentam há muito tempo explicar a transexualidade e influenciam a compreensão da transexualidade pelos próprios indivíduos não levam em conta a reflexividade, que permitiria o exame permanente e a reforma constante das práticas sociais, incluindo nestas a vivência das transversalidades e diversidades de identidades de gênero. Esses discursos são hegemônicos e uma das razões é a pretensa “verdade científica”, típica das ciências positivistas, nas quais se inclui a "ciência" médica.

Sendo assim as discussões sobre transexualidade ocorrem sob a égide da psicopatologização, com suas conseqüentes repercussões sociais. Segundo Áran e Murta (2008) o início das intervenções médicas em pessoas transgêneras se deu com o caso de George Jorgensen em 1952 por Christian Hamburger, no ano seguinte Harry Benjamin inicia seus estudos sobre o tema (Castel, 2001; Bento & Pelúcio, 2012). Relata-se também que para Benjamin o “sexo “seria composto por diversos componentes como por exemplo, cromossômico, genético, anatômico ou morfológico, genital, gonádico, legal, germinal, endócrino (hormonal), psicológico e social, sendo o fator preponderante o definidor da sexualidade. Destaca-se que exceto o sexo genético, todos os demais seriam passíveis de intervenções hormonais e procedimentos cirúrgicos (Áran & Murta, 2008, p. 71).

Simone Ávila (2014) retomando Pelegrin e Bard (1999) relata que tal como era a homossexualidade, a transexualidade vem sendo abordada dentro de uma visão patologizante desde o século XIX. Porém é no século XX que a transexualidade torna-se legitimamente

uma patologia descrita no Manual de Diagnostico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM). Ainda de acordo com a autora, no século XX a transexualidade não só foi incluída na terceira versão do DSM III como “Distúrbios de Identidade de Gênero”, como também em 1987, passou a ser denominada pelo termo generalista e globalizante “Disforia de Gênero” na versão revisada do DSM III (DSM IIIR), descrevendo-a como uma doença mental, psíquica (p, 22).

No DSM IV, publicado em 1994, a Disforia de Gênero passou a ser “Transtorno de Identidade de Gênero” e no DSM V, publicado em maio de 2013, voltou a ser “Disforia de Gênero”, porém nesta última versão está destacado que “é importante notar que não conformidade gênero não é, em si, uma desordem mental (Ávila, 2014, p, 22).

É importante evidenciar que o termo atual “disforia de gênero” é uma forma mais abrangente de enquadrar os sujeitos transgêneros, pois o “disfórico seria caracterizado pela presença de sofrimento clinicamente significativo associado à condição” (Ávila, 2014, p. 22). O disfórico é então aqueles sujeitos que vivenciam sentimentos intensos de depressão, insatisfação e, em alguns casos, indiferença com o mundo à sua volta, sejam eles pessoas cisgêneras ou transgêneras. Todavia, nota-se que há uma tendência em evidenciar que apenas os sujeitos transgêneros apresentam disforia, refletindo e reforçando o caráter patologizante dessa classificação.

Desta maneira, o discurso médico tem sido aquele que legitima os padrões de normalidade de um determinado grupo social. Ceccarelli (2010, p. 747) afirma que o DSM é uma fonte geradora de controle de comportamentos, que se constitui em uma nova ordem repressora. As práticas discursivas presentes nesse dispositivo atribuem as pessoas

transgêneras um caráter patologizante do qual se tem, protocolos rígidos para tratamentos de redesignação⁸ sexual pautados em “jogos de verdade” que vão dos pressupostos biologizante aos papéis de gênero (Ávila, 2012).

Esse discurso do “normal/anormal” reflete-se nas subjetividades e práticas discursivas de sujeitos transgêneros que circulam na mídia. João Nery em entrevista ao programa de TV “De frente com Gabi” pode servir de exemplificação para os procedimentos de controle externos e internos do discurso médico sobre o corpo transgênero, os quais determinam quem pode ou não se submeter ao processo transexualizador.

Para se submeter a uma cirurgia você tem que passar dois anos, tem que pedir um diagnóstico, pelo amor de Deus, tem que se enquadrar naqueles absurdos de questionários/Você tem que se submeter a uma porção de exames pra ver se você é transexual mesmo./Todos os meus exames deram femininos, então eu não tinha nenhuma anomalia física, infelizmente, porque senão eu cairia no caso de hermafroditismo ai tava tudo resolvido. Com uma causa, uma explicação fisiológica eu poderia me operar legalmente. A sociedade é doída pra arranjar uma causa fisiológica para o transexual. Maravilha! Pra você ver um absurdo, o transexualismo é considerado uma doença mental, mas sabe qual é a cura? É física... a terapia é inoperante, você não muda a cabeça de um transexual, quer dizer a solução para um

⁸ De acordo com a tese de Ávila (2014), este termo não é consenso entre as pessoas trans e profissionais de saúde. Alguns/mas ativistas, preferem outros termos como por exemplo "confirmação de gênero" e "readequação de gênero". O termo "redesignação sexual" se refere principalmente às cirurgias para modificação da genitália (cirurgia de transgenitalização).

problema mental é uma cirurgia transgenital... isso é um absurdo! Um paradoxo, completo.”⁹

O depoimento do até então considerado primeiro transhomem, João Nery, apresenta vários questionamentos, tanto sobre a patologização da identidade trans pautada pelo discurso médico e somada a terapêutica utilizada, quanto os procedimentos de controle discursivos que vão ou não interditar, autorizar, separar o normal/anormal, verdadeiro/falso para que se possa ser considerado um “verdadeiro transgênero”.

O discurso de Nery, enquanto representante do transhomem, mostra claramente que sua voz é inaudível e quando escutada é controlada, pois as condições de produção do discurso sobre o corpo transgênero é definida por quem tem e pode falar, ou por quem tem o privilégio de falar sobre: o profissional da saúde, nesse caso o médico psiquiatra, endocrinologista, neurologista dentre outros. O discurso do transhomem coaduna-se com o da estudiosa Simone Ávila que afirma o discurso médico é reforçador de um lugar de patologia para transgênero, sendo de suma importância a luta pela despatologização das identidades trans (Ávila, 2012).

A política de “readequação de gênero” proposta pelo SUS é vista como alternativa à pessoa transgênera vivenciar sua identidade de gênero. Ao mesmo tempo, essa política reforça a ideia de inadequação da identidade do transgênero, na medida em que este deve se utilizar de meios, tecnologias para que seu gênero corresponda a uma expectativa social cisgênera. Desta maneira, a transexualidade¹⁰ é entendida, nos discursos médicos como um sentimento intenso de não-pertença ao sexo anatômico, sem por isso manifestar distúrbios

⁹ Entrevista realizada para o programa “De frente com Gabi”, publicada na rede social *Youtube* no ano de 2011. João Nery fala sobre a questão da patologização da identidade transexual e problematiza os procedimentos e a suposta cura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uLi05bUfvHw>>

¹⁰ A autora utilizará transexualidade ao invés de transexualismo, como forma de resistência e não compactuação aos discursos patologizante.

delirantes (a impressão de sofrer uma metamorfose sexual é banal na esquizofrenia, mas neste caso é acompanhada de alucinações diversas), e sem bases orgânicas (como o hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina) (Castel, 2001, p. 77).

Tal classificação da identidade transgênera, hoje compreendida como disforia de gênero, possibilita a categorização dos sujeitos, com a finalidade de tratá-los, tornando-os corpos adequados, disciplinados, ou nas palavras de Foucault (2008) “corpos dóceis”. O objetivo dessa "disciplinação", é fabricar indivíduos submissos, construindo sobre eles um saber em que se pode confiar. A disforia é então o posto da euforia. Esta última é assinalada como “condição mental e emocional na qual uma pessoa experimenta sentimentos intensos de bem-estar, euforia, felicidade, excitação e alegria” (DSM V, 2014, p,823).

Harry Benjamin em seus estudos tentava diferenciar as particularidades entre os transexuais e os homossexuais. Para ele, ainda não estava clara a diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual, todavia, Harry Benjamin já conseguia distinguir que a principal diferenciação entre as pessoas transgêneras e as pessoas homossexuais era a aceitação ou repúdio aos genitais. Para pessoas transexuais ocorre a completa rejeição dos genitais, fator não evidente em homossexuais. Sendo a única terapêutica presente naquele momento a cirurgia de transgenitalização (Bento & Pelúcio, 2012).

Ainda de acordo com as autoras, Harry Benjamin se dedicou a estabelecer as ocorrências que justificariam a diferenciação das pessoas transexuais em relação às homossexualidades. A relação de abjeção que as pessoas transexuais têm com as genitálias seria uma das frequências observadas nos seus discursos (Bento & Pelúcio, 2012, p. 570).

Ainda que Benjamin tenha defendido a cirurgia de transgenitalização como a única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais, estabelece critérios tomados por ele como científicos para que seja possível diagnosticar “o verdadeiro

transexual” e assim autorizar a intervenção. Em seu livro *O fenômeno transexual*, publicado em 1966, ele fornece as bases para esse diagnóstico (Bento & Pelúcio, 2012, p. 570).

As cirurgias são propostas, com base nos preceitos definidos por Harry Benjamin, como forma de evitar que pessoas transgêneras comentam suicídio, haja vista, a abjeção de longa duração a sua genitália. Estudos posteriores que relatam sobre a mudança de compreensão da transexualidade, evidenciam que notoriamente havia uma ideia de que ela estava relacionada a um fator biológico ou hormonal, até então nunca encontrado.

É nesse jogo de verdades que a transexualidade deixa de ser uma patologia ligada ao sexo biológico e passa a se caracterizar como uma doença da psiquê, denominada de disforia de gênero.

Disforia de gênero, como termo descritivo geral, refere-se ao **descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado**, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica. Transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento. Transexual indica um indivíduo que busca ou que passa por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual) [**negrito nosso**] (DSM-V, 2014, p. 451).

A mudança terminológica de transtorno para disforia denuncia uma tentativa de eufemismo em abordar o tema das identidades não normativas. Essa modificação se deu

também em virtude dos movimentos sociais exigirem a retirada das expressões de gênero do DSM-V. Essa mudança terminológica, segundo o DSM-V, visa à diminuição da carga estigmatizante carregada pela designação “transtorno”. Com efeito, a equipe responsável pela nova versão do manual sublinha que “a não conformidade de gênero não é em si um transtorno mental (Borba, 2014, p. 70).

O efeito da modificação de nomenclatura não carrega a estigmatização presente no termo “transtorno”, pois nessa “nova” denominação a disforia vem a ser categorizar como “uma presença de aflição clinicamente significativa” possibilitando que pessoas trans mais facilmente se identificassem com a patologia, como retrata Borba (2014),

Nessa linha aparentemente despatologizante, o DSM-V dedica um tópico exclusivo à disforia de gênero, dessa forma desvinculando-a das classificações nosológicas dos tópicos sobre “disfunções sexuais” e “transtornos parafilicos”. No entanto, essa troca terminológica não despatologiza. Muito pelo contrário. O conceito de disforia abrange uma gama maior de sentimentos de desconforto de gênero, o que amplia seu escopo. (p.70).

Desta maneira, tomando os discursos científicos como lugares de verdades, no Brasil a cirurgia de redesignação/transgenitalização foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 1997, por meio da resolução de 1482/97, que autorizou a realização da cirurgia em caráter experimental. Antes da resolução, médicos que realizavam o procedimento eram julgados no CFM pelo crime de mutilação (Bento, 2006).

Essa posição contrapunha-se à dos profissionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise, sempre reticentes às intervenções corporais como alternativas

terapêuticas. Muitos psicanalistas consideraram esse procedimento como mutilações. Benjamin, ao contrário, afirmava que para “o transexual de verdade” psicoterapias eram inúteis. Nesses casos, apenas as cirurgias poderiam representar a solução para as “enfermidades” daqueles que têm abjeção ao corpo (Bento & Pelúcio, 2012, p.571).

Apesar da falta de explicações biológicas para a transexualidade, os sujeitos trans são considerados portadores de doença mental, perdendo então autonomia sobre seus corpos, não podendo realizar procedimentos cirúrgicos sem que passem por avaliação psicológica e médica, sem que as disciplinas detentoras do conhecimento sobre seus corpos e mente, digam que estão aptos para tal. Nesse cenário surgem políticas na área da saúde que tentam dar conta da categoria que elas criaram.

A posição oficial refere-se a que o Estado adota na formulação e na implementação das políticas públicas para a população trans, principalmente no âmbito dos hospitais e clínicas que a atendem. É neste espaço que se pode observar o conceito de gênero binário operando os olhares dos membros das equipes multidisciplinares, responsáveis pela produção de um diagnóstico sobre os corpos de sujeitos que demandam intervenções que lhes permitirão o reconhecimento do gênero identificado. Aqui, o gênero é fundamentalmente uma categoria nosológica. Uma vez definido que o gênero é uma categoria medicalizável, o passo seguinte será estabelecer os mecanismos para curá-lo (Bento, 2006).

Portanto, notasse que os discursos médicos seguem reformulando e encaixando a transexualidade como um transtorno. Como se os loucos da Idade Média tivessem tomado

nova forma e analogicamente ao louco clássico, os transexuais são reconhecidos pelo seu discurso que não cessa em pedir liberdade de decisão sobre seus corpos, porém, assim como os outros loucos a escuta de seu discurso se dá apenas no nível de manutenção da censura. Para balizar essa afirmação, o relato de João Nery, ao se referir as normas heterocentristas “só há homem e mulher, o heterossexual é que é normal, o resto é doente. E é ótimo que existam os transexuais, e que exista a patologia. Sabe por quê? Porque ai o hétero diz ‘eu sou normal, você é doente’”. Eu só posso ser normal, porque você é doente...”

3.3. Discursos sobre masculinidades: sou homem com H.

Partindo da compreensão que por meio do gênero se dá uma complexa rede de dispositivos de poder que possibilita uma organização social dos indivíduos, as identidades transgêneras são percebidas como subversivas a ordem cisgênera, e é nesse contexto que se propõe a realização de um ensaio genealógico com o objetivo de recuperar alguns significados sobre a identidade transgênera.

Estudos demonstram que desde a Antiguidade Clássica fala-se sobre o transitar entre gêneros. A criação dos Mitos são formas de expressar os pensamentos desse período histórico. Tem-se o mito de Tirésias que relata a transição de um homem em mulher (Zerbinati, 2017), o mito do Hermafrodita narrado por Ovídio. O Hermafrodita era filho de um romance adúltero entre Afrodite e Hermes, ele teve seu corpo masculino fundido com o feminino ao negar o amor de uma ninfa Salmácis (Corte & Llorca, 2012). Em “*O Banquete*” de Platão tem-se referência aos seres possuidores de dois genitais que posteriormente serão revogado por Zeus como castigo pela tentativa de guerra contra os deuses (Leite Jr., 2009), que os transformou em dois sexos afim de enfraquece-los. Outros mitos retratados são o de

Santo Onofre da Capadócia e experiências reais como das/dos mulheres-homens da Albânia e os/as Nguiu do México (Nery, Meinberg & Maranhão Filho, 2013, p. 142).

Atina-se para questão do pensamento social refletir as crenças, verdades e concepções de determinada sociedade, sendo possível a mudança de pensamento sempre que ocorram rupturas e reformulações da coisa dita. Nesse sentido, as percepções da sociedade antiga sobre a mudança de gênero, não raro estavam relacionadas ao castigo ou punição divina. Esse discurso da punição se reformula, reformulando também novas formas de ser e na sociedade contemporânea adquire o caráter pejorativo e patológico, reflexo desta sociedade que busca uma padronização compulsória dos sujeitos e por meio deste discurso do normal e patológico produz subjetividades, corpos e sujeitos.

Na perspectiva de reformulações discursivas, pode-se afirmar que o transgênero tem nosologia comum ao do “hermafrodita psíquico”, ou pseudo-hermafrodita, ao considerarmos que as primeiras compreensões sobre diferentes “sexos” em uma mesma pessoa foram primeiramente percebidas ou questionadas nos sujeitos que apresentavam duas genitais, apresentando menos importância seu sexo biológico, o principal questionamento se fazia em relação ao lugar que este sujeito ocuparia nas dinâmicas sociais. Havia também uma preocupação em compreender o hermafroditismo, em saber se esses sujeitos eram verdadeiramente mulheres ou homens (Laqueur, 2001).

Seria então o transgênero gerado no ventre hermafrodita psíquico? Filho de um ser completo não mais pelos seus dois genitais, mas pelo os dois lugares sociais em que podem transitar, questionando a fixidez dos papéis, a hierarquia e a ordem, possibilitando a circulação de novas relações de poderes. É nesse movimento em que se criam novas verdades, novas formas de identificação e categorização, onde se institucionalizam e cristalizam maneiras de ser homens e mulheres, onde quanto mais se sabe dos sujeitos mais se torna possível a criação meios de controle sobre os mesmos.

Desta maneira o sujeito transgênero não simplesmente alguém que se identifica com um gênero diferente ao atribuído no momento do nascimento, ele é antes disso um sujeito discursivo, um corpo discursivo e um lugar de questionamento sobre toda uma ordem social rigidamente constituída. Analisar tais discursos sobre o sujeito transgênero é perceber, antes de tudo, que se há desejo em tornar o discurso contra a patologização da identidade trans legítima, faz-se necessário modificar a maneira que sujeitos transgêneros se veem, é adquirir e circular novos discursos sobre as identidades de gênero. Logo, primeiramente é preciso reconhecer que discursos permeiam a vivência transgênera.

De acordo com Jesus (2012), como transgênero compreende-se indivíduos que não apresentam equivalência entre o sexo biológico e a identidade de gênero, sendo homens transgêneros sujeitos biologicamente femininos, com percepção de identidade masculina e mulheres transgêneras, indivíduos biologicamente masculinos com identidade de gênero feminina.

Outros autores relatam a utilização das nomenclaturas como transhomens são uma possibilidade de tornar visível o conflito entre características masculinas e femininas designadas/atribuídas/assignadas a partir da observação (anterior ou posterior ao nascimento) de órgãos genitais e a subjetividade do gênero das pessoas (Nery, Meinberg & Maranhão, 2013, p. 144). De acordo com os autores indivíduos transgêneros rompem com a heterônoma e questionam a anatomia como critério preponderante para a formação subjetiva da identidade de gênero.

Quando se pensa na vivência do transgênero, com base nos relatos presentes na mídia, como reportagem, blogs pessoais, sites etc., percebe-se que esta experiência é perpassada por tentativas de reconhecimento social das pessoas transgêneras. Em entrevista João Nery, considerado o primeiro transhomem a realizar a cirurgia de mamoplastia masculinizadora e a publicitar sua identidade transgênera, relata ter perdido toda sua autonomia, teve seu diploma

caçado e passou a ser considerado analfabeto¹¹. Relatos como esses tem sido uma constatação na vida de pessoas transgêneras. A ideia de algo inadequado no corpo transgênero é reforçada pela visão patologizadora presentes nos manuais médicos e nos discursos que circulam sobre o tema das identidades trans.

A transexualidade se fundamenta na não concordância entre o sexo biológico e o gênero através do qual a pessoa deseja ser reconhecida. Falar de transexualidade implica na reflexão sobre o que é sexualidade para além das concepções biológicas, obrigando-se a pensar nas vivências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política (Ávila & Grossi, 2010, p. 1).

Falar na transexualidade implica em compreender que o conceito de gênero, ultrapassa o de sexo, ao percebermos que a base desse conceito não se encontra nas características deterministas da genética embrionária, mas na auto percepção e expressão social (Jesus, 2012; Beauvoir, 1967), o que significa que tudo que se aprende sobre “ser homem ou ser mulher” foi construído pela aquisição de comportamentos de uma determinada época, lugar e cultura e verdades de daquela sociedade.

Os transgêneros vivenciam no gênero única possibilidade de identidade sexual, de expressão de sua sexualidade, ainda que esta não esteja em consonância com seu sexo biológico. Em geral, esses sujeitos apresentam identificação pessoal total com o gênero oposto ao atribuído em seu nascimento. É o caso das travestis, mulheres e homens

¹¹ Entrevista realizada para o programa televisivo “De frente com Gabi” no ano de 2011. Vide <<https://www.youtube.com/watch?v=8hTnTk80GfE&t=98s>>

transgênero. Esse segmento da população apresenta um grande índice de marginalização e estigmatização devido à crença social em sua anormalidade (Guedes, 2009).

Os indivíduos Transgêneros, assim como os Cisgêneros¹², podem apresentar orientações sexuais diversas – popularmente conhecida como a “preferência sexual” de cada indivíduo – podendo ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, assexuais, pansexuais, dentre outros (Jesus, 2012 & Maranhão Filho, 2012). Geralmente é definida por particularidades ou características dos parceiros de cada um, sendo estas físicas ou subjetivas.

Quando se discorre sobre o tema gênero, percebe-se um terreno fértil para disputas sobre quem pode ser reconhecido como homem e mulher de “verdade”. Reverberam-se disputas teóricas e se que materializa em políticas públicas que podem encarnar uma concepção mais ou menos biologizante das identidades. Nota-se, mesmo dentro dos movimentos LGBT uma inclinação em reproduzir os estereótipos de homem/mulher; ativo/passivo; forte/fraco. E permanece o questionamento da readequação das pessoas transgêneras a um estereótipo binário e heterossexual.

Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. Essa matriz não opera exclusivamente nos marcos de relações heterossexuais, mas dissemina-se. Seu alcance e eficácia estão em pautar e orientar relações não heterossexuais. A binariedade ativo/passivo seria uma das formas dessa matriz se atualizar e manter-se (Bento, 2012, p. 2657).

¹² Indivíduos que apresentam identificação total entre o sexo biológico e seu gênero.

Existe um movimento em direção a uma (re)adequação corporal pelas pessoas trans que se baseia em um modelo heterossexual, onde homens transgêneros devem aparentar características de homens cisgêneros. Para isso, homens trans passam por intervenções de toda ordem, na busca da aparência. Esse movimento, de certa maneira, possibilita reafirmar que ser homem é apresentar determinada característica. Portanto, é um movimento que torna legítimo o argumento patologização das identidades trans e das intervenções para se alcançar a imagem masculina. Porém, a impossibilidade de alcance dessa imagem pode acarretar aos sujeitos trans um sofrimento psíquico denominado de disforia de gênero.

Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam sofrendo se as intervenções físicas desejadas por meio de hormônios e/ou de cirurgia não **estão** (sic) disponíveis. O termo atual é mais descritivo do que o termo anterior transtorno de identidade de gênero, do DSM-IV, e foca a disforia como um problema clínico, e não como identidade por si própria [**negrito nosso**] (DSM-V, 2014, p. 451).

O DSM é uma estratégia utilizada como meio de propagação de discursos presentes nas disciplinas médicas. Este manual surgiu como possibilidade de criar um senso sobre o número de sujeitos com algum tipo de doença mental (Araújo & Neto, 2014). No aspecto da AD, este manual consiste em dar legitimidade, em dizer quem é apto a viver de determinada maneira, por meio da categorização dos inaptos, é uma forma contemporânea de separação do louco. Em sua revisão o DSM-V passou a denominar o ‘O Transtorno de identidade de gênero’ por “Disforia de Gênero” significando esta como uma incongruência entre o gênero

experienciado e o atribuído. A retirada da palavra transtorno surtiu o efeito de aceitação maior aqueles que se reconhecem no discurso da disforia.

Nota-se com essa mudança de terminologia um reforço perverso da lógica heteronormativa, na medida em que, o disfórico descrito neste manual não é a pessoa cisgênera, que deseja utilizar procedimentos estéticos para ajustar seu corpo a sua auto-percepção e sim àquela pessoa transgênera “que nasceu no corpo errado” e deve adequá-lo como maneira de viver a experiência de congruência corpo-mente.

Nas palavras de Butler (2009) ao receber o diagnóstico de pessoa transgênera, o sujeito passa a incorporar o discurso de “doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer certa estigmatização em consequência desse diagnóstico,” ao invés de, apenas vivenciarem essa prática como possibilidade de expressão de sua identidade, de autodeterminação e exercício de sua autonomia.

Desta maneira, o diagnóstico ao mesmo tempo em que aprisiona o sujeito, também é a maneira com que ele busca tornar-se inteligível. Ao mesmo tempo em que transforma os sujeitos em doentes, possibilita formas de “curar-se” através de procedimentos cirúrgicos, medicamentosos, terapêuticos. O grande entrave para os sujeitos transgêneros está no desejo das tecnologias de “modificação de gênero” de maneira que não precisem ser enquadrados em uma doença mental.

3.3.1. Transexperiência Masculina

Falar em transexperiências masculinas é primeiramente reconhecer a particularidade na vivência de cada sujeito transgêneros, mas também, admitir a possibilidade de intersecção nessas vivências em decorrência dos discursos que circulam sobre transidentidades. Nesse

tópico pretendeu-se relacionar relatos midiáticos presentes em blogs, sites e redes sociais com referenciais científicos, afim de mesclar os ditos e quiçá descrever com maior fidedignidade as transexperiências masculinas.

Por conseguinte, a literatura descreve que pessoas transgêneras passam a ganhar mais visibilidade com os movimentos sociais encabeçados por elas. Sendo esta trajetória do movimento de travestis e transexuais no Brasil, até fins da primeira década dos anos 2000, é marcada pela presença de mulheres trans no que se refere a pessoas transexuais. Esse cenário se modifica e a partir de 2010 e paulatinamente nota-se a entrada dos transhomem no movimento ativista. Isso não condiciona a existência de transhomens no Brasil a esse período, apenas reflete uma realidade no que se refere ao movimento organizado de homens transgêneros (Ávila & Grossi, 2014).

Em relação a estudo que trabalhem na perspectiva da vivencia e experiência de pessoas transgêneras, como cita Ávila e Grossi (2010, p. 1); Nery, Meinberg e Maranhão Filho (2013, p. 141)

[...] estudos sobre transmasculinidade e que os transexuais masculinos parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas, como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick¹³ (1996, 1997,1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina.

¹³ Don Kulick em seu livro “Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil” aborda como foco a vivencia da travesti na década de 90 na Bahia, perpassando pela a terminologia transmulher, porém se

Acrescentam-se outros estudos sobre esse espectro vivencial como a tese de Ávila (2014); Pamplona (2015) e Zerbinati (2017), onde as autoras e o autor, respectivamente, se dispõem a descrever no primeiro e segundo caso a emergência de masculinidades produzidas por transhomens e no terceiro a vivência dessa transexperiência. Nota-se então que enquanto categoria discursiva a transmasculinidade, se comparado à outra categoria como, por exemplo, as expressões de gênero permaneceram invisíveis até início do século XXI. “No Brasil, apenas nos últimos dez anos, é possível encontrar na ordem discursiva a nomeação transmasculinidade, ou transexual masculino” (Pamplona, 2015, p. 7).

Exemplificando a apresentação de João Nery em programa de mídia televisiva brasileira, temos variados discursos circulantes no que viria a ser um transhomem e sobre o lugar de poder o sujeito exerce nesses discursos.

Eu estou de frente hoje com um homem que nasceu no corpo de mulher e revoltou-se com isso. João Nery tem 61 anos e desde a mais tenra idade não se conformava a ser menina, queria a todo custo ser menino. O que parecia ser capricho de criança acabou virando uma cruzada em busca da normalidade e João tornou-se um dos primeiros transexuais brasileiros a fazer uma cirurgia de mudança de sexo. [...] Hoje João já pode mostrar o rosto, mas ainda sofre com uma burocracia que não o reconhece e com o preconceito de quem nem quer conhecê-lo.

A apresentação de João Nery, pela jornalista põe em evidência o discurso normativo, onde transgêneros são percebidos como doentes, anormais, necessitando de readaptação, sejam elas, médicas ou terapêuticas com objetivo de adentrar na inteligibilidade. Outra fala

desprendendo desse conceito, pois como o próprio autor afirma em seu livro, no Brasil dos anos 90 pouco se utilizava tal conceito.

que reitera o discurso das disciplinas médicas e dos meios midiáticos, onde se vinculam enunciados reguladores de expressões da sexualidade, está presente no relato de Oliver, pois o sujeito incorpora os discursos acima citados e o expressa por meio do desejo de readequação de seu corpo dentro das normas heteronormativas.

Demorou um tempo para que eu admitisse para mim mesmo que eu era trans e que queria fazer a transição social e física. Enquanto criança, eu me lembro de pensar que eu deveria ter nascido homem, pois fazia muito mais sentido e tornaria tudo mais simples, mas a transexualidade era um tabu e eu não tinha ideia de que era possível adequar o corpo ao cérebro.¹⁴

É necessário evidenciarmos que não há intenção em deslegitimar o desejo de transhomens em relação às modificações de seus corpos, a proposta seria de questionamento do emprego de modificações corporais em decorrência de um sentimento de inadequação de corpos. Pois a inadequação denuncia uma ordem compulsória em busca da adequação.

Na literatura é possível a identificação de pelo menos 4 formas de expressão da identidade transgênera em trânsito. A primeira consiste em sujeitos que não desejam um desprendimento total com a identidade feminina, nem a modificação seus corpos, apesar de transitarem entre o masculino e feminino sempre que desejam. A segunda expressão é “formada por ‘homens’ que não optam por modificações corporais cirúrgicas nem hormonais. Fazem uso de outros recursos culturais disponíveis para terem a aparência próxima do gênero com o qual mais se afinam” e se dizem “satisfeitos e efetivamente pertencentes ao gênero masculino” (Nery, Meinberg & Maranhão Filho, 2013, p.144).

¹⁴ Reportagem retirada do site Hypheness sobre a vivência da transexualidade de Oliver Mastalerz. Vidde: <<http://www.hypheness.com.br/2014/12/transsexual-mostra-seu-processo-de-transformacao-em-blog/>>/

A terceira são sujeitos em que sua expressão de identidade vai de encontro com o binarismo, transitando entre gêneros, acarretando muitas vezes a utilização de hormônios, mas não expressam desejo de modificações corporais por meio de cirurgias. A última expressão trata-se do uso de todas as tecnologias presentes para as modificações corporais e reconhecimento jurídico de sua identidade (Nery, Meinberg & Maranhão Filho, 2013).

De forma geral, os discursos compreendem a transexualidade, como a escolha de sujeitos designados biologicamente em determinado sexo a buscarem desempenhar papel social ao sexo oposto aquele atribuído biologicamente. Por transhomens, compreendemos sujeitos biologicamente mulheres, mas que buscam se identificar, através da nomenclatura, vestimenta e transformações corporais, como pertencentes ao gênero masculino (Ávila & Grossi, 2010).

Este discurso associa homossexualidade feminina com “masculinização”, com especial ênfase na questão vestimentária, ligada às convenções de roupa associadas rigidamente a cada sexo (e também marcadas por outras classificações sociais, como ocupação social). Isto se opera na segunda metade do século XIX e traduz a vontade científica de estabelecer mais firmemente uma norma, associada à heterossexualidade, e assim catalogar, isto é, nomear, classificar (e estigmatizar) os desvios vinculados tanto às práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, quanto às transgressões dos códigos de reconhecimento social, em particular o vestimentário (p.2).

A transexualidade masculina é frequentemente confundida com a homossexualidade feminina, na medida em que se acredita no estereótipo que todas as mulheres homossexuais/lésbicas apresentam uma imagem mais próxima a do gênero masculino. É uma

afirmação imersa a preconceitos que reafirma a ideia que apenas homens desejam mulheres, logo para uma mulher desejar outra, necessariamente deve se aparentar com o gênero masculino. A grande diferença – se não, toda a diferença – consiste em compreender a transexualidade como reconhecimento de uma identidade, um papel social, independente da orientação sexual do sujeito. Desta forma, compreende-se que essencialmente os homens trans buscam o reconhecimento social da identidade masculina, muitas vezes se submetendo a procedimentos estéticos, como por exemplo, as terapias hormonais, psicológicas e cirurgias que visam a padronizam dos sexos.

Essa medicalização das identidades trans será abordada com mais afinco no tópico sobre discurso médico. Por hora, alguns dos desdobramentos desse fato na vivencia das identidades transmasculinas, podem ser citadas, dentre outras a patologização dos sujeitos que passam a serem vistos como “doentes”, sem controle sobre seus corpos, a mercê de decisões de especialistas que definiram a melhor forma dele viver sua identidade, como relatam Ávila e Grossi (2010, p. 4):

As repercussões da medicalização e patologização da transexualidade se refletem diretamente na vida dos transmasculinos, seja por tornar os transmasculinos “doentes” que precisam de um tratamento sobre o qual não detém nenhum poder ou controle, tendo de se submeter às decisões dos profissionais de saúde, seja por não permitir aos sujeitos viverem sua identidade de gênero como bem lhes convir ou, ainda, por não ter o reconhecimento social, tornando-os vítimas de preconceitos e estigmas, ou reconhecimento legal da sua condição, principalmente no que se refere à dificuldade de adotar oficialmente o seu nome masculino, condizente com sua identidade de gênero.

Castel (2001) ao falar sobre a proporção estatisticamente de pessoas que procuram pelas tecnologias de “mudança de sexo” ou hormonização, relata “que inicialmente guardava uma proporção de uma mulher para oito homens solicitando hormônios e cirurgia, é agora de uma para três” (p. 78). O autor não deixa claro se quando fala da proporção de 1 mulher para 8 homens, já está considerando-os como pessoas transgêneras ou se ainda fala dessa proporção considerando-os cisgêneros. Porém, infere-se, com base na literatura, que Castel (2001), refere que inicialmente se tinha a proporção de 1 transhomem para cada 8 transmulheres e atualmente tem-se a proporção de 1 transhomem para cada 3 transmulheres. As estimativas oscilam devido à antiguidade das práticas clandestinas e da vontade da imensa maioria dos (as) operados (as) de desaparecer no anonimato, uma vez modificado seu estado civil. Haveria cerca de 50.000 nos Estados Unidos e 3.000 na França (Castel, 2001).

Essa busca pelo anonimato se dá em razão da constante discriminação e exclusão social de forma acentuada. O excluído, por estar dentro da sociedade, encontra-se na condição de sustentador da ordem social, se incluindo socialmente de forma perversa. Isto acontece com pessoas que vivenciam a transexualidade, pois as compreensões sobre sexo/gênero estão fora do contexto heteronormativo e são representadas como anormal e patológico (Vieira et al, 2015).

Reflexo de uma sociedade dualista, onde a existência do certo e o errado, bom e ruim, louco e são, normal e patológico, produziu os sujeitos Transgênero e o Cisgênero. Nessas relações de dualidades, para que se possa afirmar a existência de algo, é determinante que exista o outro contrastante, é um tipo perverso de afirmação, onde um se torna legítimo e o outro marginalizado. Em um sistema que reflete e se constitui com base nos órgãos genitais.

[...] repete que somos o que nossas genitálias informam. Esse sistema, fundamentado na diferença sexual, nos faz acreditar que deve haver uma concordância entre

gênero, sexualidade e corpo. Vagina – mulher – emoção – maternidade – procriação – heterossexualidade; pênis – homem – racionalidade – paternidade – procriação – heterossexualidade. As instituições estão aí, normatizando, policiando, vigiando os possíveis deslizes, os deslocamentos. Mas os deslocamentos existem (Bento, 2006, p. 13).

Pode-se afirmar que as transexperiências são permeadas pelo sentimento de inadequação e sua vivencia direcionada a busca em tornar-se sujeito inteligível, seja por meio das estratégias medicamentosas, hormonais, terapêuticas, seja pela busca de um reconhecimento social. Nessa perspectiva as construções identitárias presentes nos discursos dos homens transgêneros são, em sua maioria, marcadas por um modelo heteronormativo masculino. Onde, muitas vezes, a construção de seus corpos, modos de vida, serviços de saúde, jurídicos e outros, são baseados numa “essencialização” do que é ser homem. Deslegitimando vivencias masculinas que não se assujeitam aos dispositivos da heteronorma. Bento (2006) ao falar do dispositivo da transexualidade afirma que “o sujeito localiza suas dores exclusivamente em sua subjetividade, não conseguindo perceber os dispositivos sociais que atuam na produção dessa verdade/lugar” (p. 14). Dito de outra maneira, é possível que os transhomens não percebam os jogos de verdade e modos de ser que lhes são imputados, pois seu foco está na busca de legitimação de sua vivencia.

Lima (2014) reflete sobre o uso da hormonização como dispositivo de produção e reprodução do discurso patologizante na medida em que seu uso se dá pela busca de um ideal masculino, pois a utilização dos hormônios produz discursos e práticas, revelando um mecanismo potente de controle dos corpos e sexualidades. Esta dimensão tem sido experienciada pelos homens transexuais revelando desde transformações físicas até dimensões subjetivas.

Por dentro do dispositivo “testo”, nos seus interstícios, a aposta é nas resistências. Partindo deste contexto discursivo, o objetivo é pensar os processos de hormonização no âmbito do que podemos chamar da biopolítica e do biocapitalismo contemporâneo onde entre suas características principais, encontra-se a potente circulação de fármacos que acabam por produzir um conjunto de discursos e práticas que arrastam sujeitos e criam novas/outras formas de existências. (Santos, 2010, s/p.)

Bento (2006) também contribui sobre a reflexão acerca da patologização das identidades transgêneras. Segundo a autora:

A despatologização da transexualidade significa politizar o debate, compreender como o poder da medicalização/biologização das condutas sexuais e dos gêneros ressignifica o pecaminoso no anormal, deslocando o foco de análise do indivíduo para as relações hegemônicas de poder, as quais constroem o normal e o patológico (p. 14).

Inserese aqui um dispositivo de controle – nem tão novo – herança da sociedade capitalista, a governamentalidade, que Preciado (2008) citada por Lima (2014) discuti a partir dos conceitos de biocapitalismo e sexopolítica. Segundo a autora a produção industrial teria progressivamente se tornado um grande negócio na medida em que passou a uma gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade. Nesta medida o capitalismo farmacopornográfico como uma nova era em que o melhor negócio é a produção da espécie mesma, de sua alma e de seu corpo, de seus desejos e afetos.

Portanto, para que se possa repensar as posições de poder, de legitimidade sobre determinado assunto, é necessário o conhecimento dos discursos que permeiam a prática analisada. Falar da experiencição da identidade transgênera e buscar mudanças sociais que possibilitem lugares outros, formas novas de reconhecimento torna-se imprescindível a circulação de novas formas de subjetivação sobre as identidades. Acredita que é necessário contrapor ao discurso médico outras perspectivas de compreensão que nos ajudem a pensar a transexualidade não como “uma doença que precisa ser curada”, mas como uma entre tantas outras formas de viver a vida para além dos binarismos rígidos de gênero (Suess, 2010).

4. Percurso Metodológico: delimitando o lugar de pesquisa

Para a realização desta pesquisa foi necessária uma organização em etapas para alcançar os objetivos proposto nela. Primeiramente, foi realizada a delimitação do problema a ser estudado, em seguida seleção de artigos sobre o tema, o tipo de pesquisa a ser desenvolvida, definição das informações a serem extraídas dos trabalhos lidos e a realização da análise dos mesmos, a discussão e interpretação das publicações e, por fim, a ilação do conhecimento.

Ao decidir-se pela pesquisa de Campo, pensou-se na possibilidade de desenvolvê-la no Estado do Pará, na cidade de Belém, pois a pesquisadora é natural deste lugar e reside no mesmo. Muito influenciada por esta questão, percebe-se que a cidade Belém-PA, em relação a grandes capitais do Brasil, é carente de pesquisas que trabalhem, problematizem, retratem a realidade de temas presentes na rotina dos sujeitos deste lugar. E quando se trata de temas em sexualidade essa dificuldade é acentuada, pois a sexualidade é o grande interdito das pessoas, o que acaba refletindo de maneira violenta para sujeitos fora de um padrão cisgênero. Outra questão preponderante para a escolha foi no sentido de compreender como as políticas públicas voltadas para esta população tem sido efetivas neste Estado, já que o mesmo é um dos 5 Estados que possuem o ambulatório para pessoas transgêneras. Os Demais Estados são Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal.

Com base nisso, iniciou-se contado com uma rede pessoas (amigos, colegas, amigos de amigos, professores, profissionais da psicologia) que poderiam ter contatos com sujeitos que se identificavam como transhomens, todavia, não se teve muita efetividade. Foi durante um evento despretensioso “11ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos” que se tornou possível aquisição dos participantes desta pesquisa. Nesse evento a pesquisadora conheceu o

gerente da Secretaria de Direitos Humanos (SEJUDH), especificamente da gerência de livre orientação sexual – GLOS, representada pelo José Roberto Chaves Paes – Beto Paes.

No contato com o Beto Paes fez-se um levantamento sobre a quantidade de sujeitos transhomens em Belém, – cerca de 50 pessoas – e quantos desses teriam disponibilidade para participar das entrevistas. Realizou-se contato com 12 transhomens residentes na cidade e na zona metropolitana de Belém do Pará. Porém, a maioria dos participantes contatados não se mostraram disponíveis para participar da pesquisa. Outros 4 transhomens, engajados em movimentos sociais dentro do Estado do Pará demonstraram grande interesse em participar, inclusive disponibilizando-se exclusivamente para as entrevistas.

Além da dificuldade de acesso e disponibilidade de participantes, outra questão que necessitava resolutividade, foi o espaço disponível para realização das entrevistas. Sem muitas possibilidades de realizar a pesquisa em “local apropriado”, durante algumas semanas a pesquisa ficou estagnada. Foi então que o gerente da GLOS, Beto Paes, conseguiu autorização para a realização das entrevistas em auditório da SEJUDH. Por se tratar de um órgão público, só havia possibilidade de realização das entrevistas em único dia e durante o período da manhã, já que durante a tarde a secretaria funciona em regime de expediente interno. Desta maneira, realizaram-se entrevistas das 9 horas da manhã até às 14 horas da tarde, as entrevistas tiveram duração em média de 1h15 minutos cada.

Por ter-se optado por uma pesquisa interacional, em forma de entrevista, como método optou-se pela utilização de um roteiro de entrevista (Apêndice A), o qual pudesse nortear a conduta da entrevista, o que mais tarde a escolha mostrou-se interessante, haja vista que, em se tratando de um tema permeado por tabus o roteiro permitiu que a entrevista tivesse um tom de conversa, na qual os temas direcionavam os caminhos, deixando o participante a vontade para dizer o que gostaria de dizer.

Ainda como linha teórico-metodológica optou-se pela análise de discurso francesa, com ênfase nas ideias foucaultianas, essa escolha se deu pela compreensão que os discursos sobre os corpos e especificamente sobre o corpo *trans* é perpassado de relações de poder/saber e censuras que silenciam a vivência dessa identidade e produz corpos em constante movimento de “re”adequação¹⁵ aos normas heteronormativas. Portanto, a escolha da AD está no contribuir “no sentido de fazer implodirem as visões totalizantes sobre o real, possibilitando repensar os grandes estereótipos com os quais convivemos”, bem como “no sentido de desnaturalizar o que pode efetivamente ser apreendido como efeito discursivo” (Rocha, 2014, p. 629).

Outro ponto a ser esclarecido é que a metodologia em análise em AD na perspectiva francesa não se insere dentro de limites exatos, fórmulas de análise a serem aplicadas aos textos simplesmente. A AD francesa é uma metodologia de pensar, de analisar relações discursivas, consistem em descrever processos de produção de discursos, se propondo a entender de que forma se constroem materialidades, subjetividades e lugares de poder que influenciam diretamente na vida social. Com base nisso, para compreender-se esse processo de materialização dos discursos é necessário recorrer-se a diversos saberes, *epistemes*, de forma a realizar um ensaio genealógico. Portanto, o método em AD irá se construindo na medida em que o objeto de estudo solicita a contribuição da articulação e análise dessas *epistemes* para que seja compreendido e melhor interpretado.

Dizendo de outro modo, para Foucault (2012) o discurso não se faz de um amontoado de enunciados, mas sim um conjunto de práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (p.60). A complexidade dessas práticas discursivas está no fato de que elas se

¹⁵ Uma busca em tornar-se adequado, na medida em que não se percebem adequados as heteronormas. A partir de então ocorre uma intensa busca de readequação, onde procuraram aparentar fisionomias padronizadas de homens cisgêneros, através das intervenções hormonais e cirúrgicas, muitas vezes reproduzindo o próprio discurso que os patologizam.

formam a partir de uma relação histórica, repleta de jogos de verdade que se fazem a partir de relações de saber e poder.

Logo, para analisar os discursos acerca de pessoas transgêneras é necessário compreender o que Bento (2006) denominou de “dispositivo da transexualidade”, este dispositivo são os saberes que produziram as verdades sobre os corpos transexuais. É considerar o que Foucault denomina de condições de existência desses discursos, condições de produção, de circulação e de recepção para entendê-lo como acontecimento. É ir além do que o enunciado diz, como diz. É tomar o discurso em sua dispersão, na sua emergência enquanto acontecimento, enquanto prática, movimento, processo. É observar quais procedimentos de controle externos ou internos ao discurso se fazem. Pois, como assevera Foucault (2010):

(...) O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (p. 49).

Foucault (2010) chama a atenção para o fato de que o discurso é como uma rede de signos que se entrelaça a tantos outros discursos, num sistema aberto, no qual não há a simples reprodução de signos, mas sim de valores emergentes em dada sociedade, portanto, o discurso se constrói numa ordem funcional do imaginário social. Dessa forma, o discurso não seria a tradução das lutas ou dos sistemas de dominação, mas sim aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual todos querem se apoderar. (Foucault, 2010, p. 10).

4.1. A metodologia utilizada

Essa pesquisa é caracterizada por um estudo de Campo de natureza qualitativa que utiliza em sua análise de dados, a análise de discurso francesa como elencada anteriormente. No que se refere as pesquisas de caráter qualitativo, entende-se que a replicação e a comprovação da aquisição dos dados são mais difíceis cabendo ao pesquisador relatar os objetivos do estudo e os procedimentos utilizados para alcançá-los; mais do que isso, ser autocrítico com relação às escolhas efetuadas e à aplicação de métodos, reconhecendo os limites e dificuldades que as escolhas podem oferecer à pesquisa (Arantes, 2013 citado por Arantes & Deusdará, 2017, p. 804).

Para Minayo (2001) citado por Sagica (2009), a pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares, pois tem seu enfoque em objetos de estudo não mensuráveis, quantificáveis, de maneira que legitime sua subjetividade. Essa abordagem utiliza-se de um universo de sentidos, causas, pretensões, crença, valores e atitudes que se relacionam a um espaço mais íntimo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser quantificados.

De acordo com Günther (2006), a pesquisa qualitativa é um ato subjetivo de construção, além disso, Neves (1996) caracteriza a pesquisa qualitativa como sendo direcionada ao longo de seu desenvolvimento, além de não enumerar ou medir eventos e não empregar métodos estatísticos para análise dos dados. Esta pesquisa busca a obtenção de dados a partir do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo.

Goldenberg (1997) citado por Gerhardt e Silveira (2009), afirma que a pesquisa qualitativa não apresenta preocupação com a representatividade numérica, mas com uma maior compreensão de grupos sociais, organizações, culturas, etc. Além disso, o pesquisador não deve fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e credos influenciem a

pesquisa de alguma maneira, mas buscar explicar o motivo do que é dito, sem quantificar valores ou trocas simbólicas, visto que os dados analisados partem de diferentes abordagens. Logo, a pesquisa qualitativa estuda os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, enfocando a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

4.2. Etapas de realização da Pesquisa

4.2.1. Levantamento Bibliográfico

Realizou-se levantamento bibliográfico sobre o tema “a construção do corpo trans, a identidade Transgênera e a análise do discurso” enquanto forma de vivencia da identidade de gênero. As literaturas foram acessadas em sua maioria na base de dado Google Acadêmico, que direciona a pesquisa para outras plataformas como *SCIELO (Scientific Electronic Lybrary Online)*, BVSMS (Biblioteca Virtual em Saúde Ministério da Saúde), Cadernos Pagu e Revista de Estudos Feministas. Outros materiais foram disponibilizados diretamente por membros da banca de qualificação. Sendo assim, buscou-se compreender os questionamentos desta pesquisa por meio de fontes primárias, secundárias e terciárias, como livros-textos, artigos científicos publicados em jornais e revistas científicas, teses, dissertações, monografias, entre outros.

4.2.2. Aspectos Éticos Adotados

Esta pesquisa foi realizada em concordância com os princípios previstos pela resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 em que se incorporam, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros princípios que visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (Conselho Nacional de Saúde, 2012).

Nessa configuração, com o desígnio de atender os pressupostos da pesquisa científica, o trabalho foi submetido ao comitê de ética na data de 29 de julho de 2017 e sua realização aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAr em 22 de setembro de 2017.

Adiante, o trabalho solicitou aos sujeitos que sua participação na pesquisa fosse feita de forma voluntária, também se esclareceu a importância da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B) para efetuar sua participação na pesquisa.

4.2.3. A Escolha do local de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada na cidade de Belém no Estado do Pará com o apoio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), por meio da Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual/GLoS, representada naquele momento pelo gerente José Roberto Chaves Paes.

Na escolha do *locus* de pesquisa foi determinante o fato da pesquisadora ser natural da cidade de Belém, e o desejo desta em retratar parte da realidade vivenciada por pessoas transgêneras no município em questão. Cabe ressaltar também que a escolha foi influenciada pela inauguração do 1º Ambulatório da região Norte para pessoas transgêneras no ano de 2015. Este ambulatório é 6º polo do Brasil a oferecer o processo transexualizador pelo SUS, por meio das terapias e hormonização, o processo cirúrgico ainda não foi realizado, porém, articula-se sua ocorrência no hospital Jean Bitar.

Esse contexto de ineditude do serviço foi preponderante no desejo da pesquisadora em compreender a percepção do serviço ambulatorial pelos transhomens, bem como, descrever os anseios dos participantes em relação ao serviço.

Após a definição do local de pesquisa, iniciou-se a saga para efetuar as entrevistas. Na ocasião, a SEJUDH foi fundamental para a efetivação das entrevistas, uma vez que uma de suas gerencias, a GLOS, disponibilizou um auditório para a coleta de dados, auxiliando também a pesquisadora na intermediação com os participantes da pesquisa.

De acordo com o site da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado Pará, a SEJUDH foi criada pelo decreto nº 996 de 16 de abril de 1901 com a denominação de Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Em 1951, através da Lei nº 400, de 30 de agosto, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Interior e Justiça. Em 1982, com o decreto nº 2231, de 12 de maio, recebe a denominação de Secretaria de Estado e Justiça. Já em 1998, com a Lei nº 6.178, de 30 de dezembro, sofre nova denominação para Secretaria Executiva de Justiça. E finalmente em 2007, através da Lei nº 7.029, de 30 de julho foi instituída a promoção, proteção e reparação dos direitos

humanos no estado, atribuindo esta competência à Secretaria Executiva de Justiça, passando então a denominar-se Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)¹⁶.

No que se refere a Gerência de Proteção a Livre Orientação Sexual (GLOS)¹⁷ desenvolve ações voltadas à formulação de políticas de proteção e defesa de direitos da pessoa marginalizada e violentada por sua orientação sexual. Em aliança com outros segmentos marginalizados como mulheres, afros-descendentes, índios, crianças e adolescentes, populações nativas, usuários de drogas e outros, a Coordenadoria tem por objetivo principal o combate a homofobia em consonância com as políticas da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, articulada com os movimentos sociais – LGBT.

4.2.4. Inserção no campo de Pesquisa

Contou com a inserção da pesquisadora na SEJUDH, apresentando-se à secretaria da GLOS a qual fez a divulgação da pesquisa através do gerente José Roberto Chaves Paes. Este último fez o primeiro contato com os participantes da pesquisa e agendou uma reunião para explicitação do trabalho e coleta de dados. Aos que manifestaram o interesse em participar, a GLOS disponibilizou nome social, telefone e pelo aplicativo *whatsapp* à pesquisadora para esta pudesse entrar em contato e agendar as entrevistas.

¹⁶ Vide:<<http://www.sejudh.pa.gov.br/>>

¹⁷Vide:<<http://www.sejudh.pa.gov.br/glos-realiza-acoes-de-promocao-a-populacao-lgbt-garantindo-cidadania-e-orientacoes-de-seus-direitos/>>

4.2.5. Realização das entrevistas

Os dados desta pesquisa foram coletados no período das 10h às 15h no 27 de setembro de 2017, num auditório cedido pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) em sua sede, localizada na Rua Vinte e Oito de Setembro, n 339 - Campina, Belém – PA.

4.2.6. A escolha dos Participantes

Para a escolha dos participantes adotou-se como critério a maior idade, a autodesignação dos sujeitos como transhomens e a disponibilidade para realização da entrevista. Desta maneira, no desenho geral dos participantes obtiveram-se sujeitos na faixa etária de 20 a 40 anos, residentes até momento da entrevista na cidade de Belém e região metropolitana do Estado do Pará.

Quadro 1: Apresentação geral dos participantes.

Participantes	P1	P2	P3	P4
Idade	38 anos	24 anos	26 anos	30 anos
Grau de Instrução	Bacharel em Moda	Cursando Artes Visuais	Bacharel em Farmácia	Bacharel em Artes
Atividade	Desempregado	Desempregado	Desempregado	Professor de Artes
Processo Transexualizador	Sim	Sim	Sim	Sim
Intervenções Terapêuticas	Hormonização	Hormonização	Hormonização	Hormonização e Mamoplastia Masculinizadora
Retificação do nome civil	Não	Não	Não	Não
Nome Social	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração com base nos dados coletados durante as entrevistas.

4.3. Método utilizado na Análise de Dados

A análise de dados tomou como base teórica-metodológica a análise de discurso francesa, em especial as ideias foucaultianas. Ao retomar o já afirmado anteriormente, que o discurso não é simplesmente um conjunto de enunciados, mas sim uma prática, um processo que se faz numa organização não lógica e sua emersão traz à tona os valores de dada sociedade, esses valores são reproduzidos ou dominados via discurso.

Em consonância aos propostos pela AD definiu-se duas categorias de análise para esta pesquisa. Na primeira foi realizado um levantamento sobre as relações de saber presentes nas falas dos participantes, evidenciando os mais variados discursos disciplinadores presentes, que ditam o que é ser transhomem dentro de dispositivos que Bento (2006) denomina de “dispositivos da transexualidade”. A segunda categoria consiste nas relações de Poder, nessa categoria os relatos são no sentido de corroborar para a compreensão da construção do corpo trans com base no ordenamento do gênero. Explicita-se que a divisão em duas categorias Saber/Poder é apenas para fins didáticos, pois uma perpassa pela outra em constante movimento.

Foucault (2010) nos diz que todo discurso se insere dentro de uma ordem. Há procedimentos de controle externos e internos ao discurso. Portanto, todo discurso é verbalização de uma “verdade”, de uma realidade, que pode se reorganizar, se recolocar, se redizer, dependendo do que se está em jogo.

O Autor chama atenção para o fato de que:

(...) sob a forma da verdade, é o discurso ele próprio que se situa no centro da especulação, mas este logo na verdade, não é se não um discurso já pronunciado, ou antes, são as coisas mesmas ou os acontecimentos que se tornam insensivelmente

discurso, manifestando o segredo de sua própria essência. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consequências de si. (Foucault, 2010, p. 48/49).

Segundo Foucault o discurso é poderoso, pois por meio dele se pode instituir ideologias, reproduzi-las, mantê-las, pode-se criar ou recriar “verdades”, pode-se promover desigualdades sociais, podendo também ser usado para marginalizar e discriminar aqueles que não entram na ordem do discurso determinada por uma dada sociedade em um dado momento histórico.

Cabe notar que os discursos estão sempre produzindo subjetividades por onde constroem-se materialidades, corpos, formas de experiência. Eles são meios pelos quais os saberes se constituem como lugares de poder, onde vivências são silenciadas ou legitimadas de acordo com o que é pretendido pelos sujeitos discursivos, segundo o tipo de controle que se deseja efetuar uns sobre os outros.

O desejo diz: "Eu, eu não queria ser obrigado a entrar nessa ordem incerta do discurso; não queria ter nada que ver com ele naquilo que tem de peremptório e de decisivo; queria que ele estivesse muito próximo de mim como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, e que os outros respondessem à minha expectativa, e que as verdades, uma de cada vez, se erguessem; bastaria apenas deixar-me levar, nele e por ele, como um barco à deriva, feliz." E a instituição responde: "Tu não deves ter receio em começar; estamos aqui para te fazer ver que o

discurso está na ordem das leis; que sempre vigiámos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe." (Foucault, 2010, p.6)

Percebe-se, portanto, com a colocação de Foucault que o discurso não é individual, mas sim social, no discurso há vários outros discursos, e a sua organização atrela-se a ordem das leis, ao lugar social que deve ser ocupado, esse lugar é determinado por dada sociedade em dado momento histórico, a qual também pode conferir poder ao discurso.

Assim, o sujeito tem a ilusão de ser dono de seu discurso. Em seguida, Foucault (2010) demonstra os procedimentos de controle externos e internos ao discurso. Os procedimentos de controle externos ao discurso são os mecanismos que limitam seu poder, tais como: a interdição (tabu do objeto (o que se pode falar); ritual da circunstância; privilégio ou exclusividade de quem pode falar); a separação (o normal/o louco, etc.) e a vontade do saber (verdadeiro/falso). Já os procedimentos de controle internos ao discurso controlam a casualidade do mesmo: o comentário; o autor; as disciplinas.

Os procedimentos que rarefazem o sujeito do discurso, ou seja, regras e condições de funcionamento recaem sobre o sujeito discursivo – ninguém entra na ordem do discurso sem saber cumprir certas exigências: ritual; sociedade do discurso; disciplinas e apropriação social.

Para que se faça a análise do discurso, num primeiro momento, observam-se as condições de produção, circulação e recepção dos discursos sejam os midiáticos acerca do tema ou dos participantes. Num segundo momento verificam-se como essas práticas discursivas entram na ordem do discurso, quais os procedimentos externos e internos se fazem presentes como são articulados para produzir efeitos de sentido.

5. Apresentação dos Participantes, Resultados e Discussões.

Antes de iniciarem-se as análises é necessária a apresentação dos participantes para contextualização dos dados desta pesquisa. Entrevistaram-se quatro transhomens, três residentes na cidade de Belém-PA e um no município de Ananindeua-PA (zona metropolitana de Belém). A faixa etária variou de 24 a 38 anos, sendo três deles com o ensino superior completo e um cursando a graduação.

Sobre as intervenções realizadas, os participantes relataram que fazem uso da hormonização há pelo menos 12 meses. Um dos participantes já realizou a mamoplastia masculinizadora sem passar pelo processo transexualizador do SUS. Os demais participantes estão aguardando a liberação do procedimento pelo SUS. Após completar os dois anos de acompanhamento os transhomens que realizam acompanhamento pelo ambulatório trans de Belém são encaminhados para o Hospital Jean Bitar, onde se tem a perspectiva de realizar as cirurgias mamoplastia masculinizadora, feminizadora e a histerectomias. O Hospital Jean Bitar ainda não realizou procedimentos cirúrgicos, a expectativa é que ocorram ainda no ano de 2018.

O P1 é Bacharel em Moda, têm 38 anos, reside na cidade de Belém, sua família de origem é composta por dois irmãos, mãe e pai. É casado e tem uma filha do relacionamento anterior. Sua genitora trabalha em casa e seu pai é ex-militar aposentado. P1 relatou que sempre se percebeu diferente, sentia-se inadequado a uma postura que era esperada pelo seu sexo e/ou gênero. Na adolescência passou a se identificar como lésbica masculina, pois achava que a única denominação que lhe era possível seria a da homossexualidade. Segundo ele os primeiros conflitos com seu corpo surgiram na infância com as mudanças ocasionadas pela puberdade e com o crescimento dos seios.

No que se refere à relação com seus pais, disse que sua mãe o confrontava frequentemente sobre as roupas que deveria usar, pessoas com quem deveria se relacionar, fundamentalmente justificando tal conduta pela religião que esta seguia. Já a relação com o pai é permeada por desentendimento em decorrência da sua orientação sexual e posteriormente de sua identidade de gênero. Quando se referiu a eventos marcantes em sua história, diz que na adolescência aos 16 anos, expôs a sua mãe que era homossexual em seguida saiu de casa para morar com amigos e em seguida morou na rua, onde encontrou uma pessoa que lhe ofereceu um emprego. Teve alguns relacionamentos homossexuais, em um deles teve uma filha e manteve a guarda desta após o falecimento da mãe biológica durante o parto.

P1 relatou que passou a se denominar homem transgênero a pouco mais de 2 anos quando teve conhecimento da denominação. Nesse relato, contou que durante uma conferência da Parada “LesBi”, promovida na cidade de Belém-PA, ouviu falar na terminologia transgênero, após esse encontro passou a se denominar transhomem. Antes disso, se denominava lésbica masculina, mas não se percebia desta forma, pois em seu entendimento ele deveria ser um homem, já que as lésbicas masculinas apresentavam um comportamento diferente do dele, bem como, não aparentavam conflito com o corpo feminino.

Atualmente P1 reside em local distante do centro da cidade, como ele próprio diz “moro isolado”, com a esposa e a filha. Está desempregado e segundo ele o fator preponderante para a dificuldade de acesso ao emprego está relacionado ao contraste entre seu nome de batismo e sua identidade social, haja vista que, nas entrevistas de emprego ao perceberem sua identidade transgênera ele é dispensado.

O participante está em processo de hormonização há 1 ano e 6 meses pelo ambulatório trans de Belém, Estado do Pará. Os principais entraves relatados pelo participante estão

relacionados à falta do nome social, a dificuldade na aquisição de uma atividade formal e a convivência com algumas “características femininas” em seu corpo.

O segundo participante (P2) tem 24 anos, cursa artes visuais, sua família de origem é composta pela mãe, pai e uma irmã, tem duas outras irmãs de uma união anterior de seu pai. P2 está em uma união estável com uma transmulher acerca de 1 ano, se descrevendo sexualmente como pansexual. De acordo com a entrevista, ele descreveu sua família como conservadora, ponderou que sua dificuldade está no diálogo com a mãe, pois desde o momento que começou a pesquisar sobre a temática transgênero.

Sobre sua percepção enquanto transhomem percebeu-se um constante desejo de adequação presente desde a adolescência, quando se aproximou de pessoas LGBT's. Na ocasião identificam-no como lésbica, todavia ele não se percebia desta maneira. Foi assistindo um programa televisivo que ouviu falar na transexualidade e se identificou como transhomem.

Em sua vivência P2 diz ter buscado exercer o papel de gênero masculino desde a infância por meio das brincadeiras e na fase adulta através da identidade social. Aos 21 passou a se identificar como transhomem e a usar o binder¹⁸. Falou sobre a dificuldade em explicar sua identidade de gênero à família, pois as informações sobre o tema ainda eram escassas e muitas pessoas confundiam com a orientação sexual.

O P2 participa da articulação do movimento Trans e LGBT no Estado do Pará, de acordo com seu relato quando ele se percebeu transhomem entrou em contato com João Nery, que indicou outros transhomens em Belém e assim P2 organizou um grupo de transhomem. Hoje nesse grupo estão presentes cerca de 100 homens ativos no movimento social trans.

¹⁸ Faixa compressora, utilizada para diminuir o volume das mamas dos sujeitos transhomens.

Esse participante discorreu sobre outras dificuldades vivenciadas em decorrência de sua identidade, como por exemplo, o uso do nome social, nas instituições públicas como na universidade e no próprio ambulatório trans em Belém. Ainda com base na entrevista de P2 o uso do nome social é essencial para a visibilidade da identidade dos transhomens e possibilitar os mesmos a adentrarem no mercado de trabalho.

P3 é farmacêutico, tem 26 anos, vive em união estável há dois anos, atualmente reside com sua esposa. Foi criado pela avó materna, o pai mora em outro país e a mãe no interior do Pará, tem uma irmã da união de seus pais e dois irmãos apenas do seu pai. P3 relatou que seus pais se separaram ainda na sua infância e desde então ele passou a morar com sua avó, tios e primos. Disse também que não tem contato com os irmãos e sua irmã vive com sua mãe.

De acordo com o participante os principais confrontos se apresentavam quando ele se negava a usar roupas do vestiário feminino, vestidos, saias, saltos etc. Isso fez com que ele se tornasse introvertido em seu ambiente familiar, interagindo somente na escola e na presença da mãe, que segundo ele, o permitia ser livre.

O participante disse que sua transição para o gênero masculino é recente. e o término da faculdade fez com que ele apressasse as modificações, pois não desejava ter em sua recordação de formatura, fotos de vestidos e maquiagem feminina. Também foi preponderante no retardo do processo a opinião de sua avó, pois esta frequentemente o cobrava uma postura condizente com a religião dela, relatando que os comportamentos de P3 não estavam de acordo com o que ela acreditava.

P3 se percebeu transhomem após os 19 anos, quando entrou na faculdade, na ocasião ele foi denominado como lésbica e passou cerca de dois anos tentando se perceber desta maneira, em suas palavras “parecia uma *drag queen*”, era como se fosse um personagem’. Desta forma a denominação lésbica não fez sentido, pois a questão não estava relacionada a

sua orientação sexual e sim a sua identidade de gênero, desde então busca modificações físicas que possibilitem sentir-se no gênero masculino.

Outro fator relevante na história de P3 é que ele passou a se relacionar a partir da transição para o gênero masculino, pois antes disso ele relatou que as pessoas pelas quais se interessava eram atraídas por homens e tendo em vista seu estereótipo feminino ele não era interessante para tais pessoas. Ainda com base em seu relato, nesse período de transição sua família o compreendeu e foi participante, sendo sua mãe quem recebeu com mais naturalidade, pois segundo ela sempre percebeu que ele não se sentia bem com seu gênero. Desta maneira, acerca de 3 anos iniciou o uso de hormônios, desde então entrar no mercado de trabalho se tornou mais escasso, haja vista que na ocasião o nome civil e a aparência masculina causava estranhamento durante as entrevistas de emprego. Relatou também sobre a importância do nome social, pois foi por meio dele que P3 conseguiu adentrar no mercado de trabalho.

Por fim o participante quatro (P4), tem 30 anos é graduado em Artes Visuais, leciona em uma Escola Pública no Município de Ananindeua, zona metropolitana de Belém-PA. Sua família é composta por mãe, pai, tio e dois irmãos.

Aos 19 anos P4, assim como os demais participantes desta pesquisa, vivenciou um período de busca por uma identidade. Relatou que sua aparência Andrógena lhe era um lugar confortável na interação social, pois facilmente transitava entre os gêneros feminino e masculino. Todavia, na relação sexual ele não se sentia satisfeito, apesar da aparência andrógena seu corpo tinha genitais femininos. Esse fator é descrito como impedimento no processo de transição. De acordo com esse participante, no momento de vida descrito acima, ele acreditava que nunca poderia ser de um homem “de verdade”, já que havia nascido no sexo feminino. Esse período é marcado pelo desencadeamento de um processo depressivo e uma ansiedade generalizada.

O participante relatou que em sua vivência frequentemente exercia papéis masculinos e femininos, pois sua aparência era andrógena e de certa forma a androgenia possibilitava um reconhecimento masculino desejado. P4 iniciou a transição para o gênero masculino há dois anos influenciado pela busca de uma satisfação sexual, segundo ele a androgenia é um lugar confortável, mas sexualmente seu corpo não o representava.

Nessa busca por representação, sua Psiquiatra teve papel preponderante, pois ela afirmava a identidade masculina de P4. Relata também que a realização da mamoplastia masculinizadora se deu em decorrência desse diagnóstico, segundo o participante ele desejava diminuir os seios e a Psiquiatra afirmou que só autorizaria a cirurgia se fosse para a retirada de todo o seio, já que P4 foi diagnosticado como transexual.

Quando descreveu a relação com sua família, disse ser com sua mãe os principais conflitos em decorrência a sua identidade, embora ele já vivenciasse o papel masculino por meio da androgenia, iniciar a hormonização e passar a admitir-se somente no gênero masculino causou entraves a essa relação. Atualmente P4 realizou a cirurgia de mamoplastia masculinizadora e faz hormonização há mais de um ano, descreveu a cirurgia como uma possibilidade de existência, de se perceber enquanto sujeito.

Tomando como referencial as apresentações dos participantes da pesquisa, percebe-se que a vivência da identidade transgênera é vista como uma possibilidade de vida, de se reconhecer enquanto sujeitos. Evidencia-se também nesses relatos a importância da construção e/ou reconstrução desses corpos para a auto percepção dos participantes na identidade masculina.

5.1. Corpos que falam que produzem e são produzidos nas relações de Saber-Poder

Esta análise foi dividida em tópicos, onde foram descritas as falas dos participantes de forma a delinear as relações de controle – saber-poder – presentes nas mesmas, bem como relacioná-las as demais produções discursivas presentes nesta. Desta maneira, optou-se por começar pelo princípio, onde tudo se inicia, na formação do ‘Sujeito’. O processo de assujeitamento, de tornar-se sujeito não se dá de maneira passiva. O sujeito passa a existir no momento em que se identifica com os discursos existentes, na mesma medida em que é produzido, produzem instituições, que produzem outros sujeitos, corpos e materialidade onde circula e se faz circular as verdades, sempre na intenção de exercer o poder.

Michel Foucault (1988) elabora sua teoria do poder em função do sujeito; “trata-se de uma análise dos procedimentos e esquemas que, cotidianamente orquestrados por e permeadas pelos de jogos de poder, organizam o campo de atuação do sujeito, os produzem positivamente, negando a hipótese jurídica” (Torrano, 2010, p. 7), afirma o poder como opressor dos sujeitos, já que esses últimos existiriam anteriores a produção do poder. Portanto, compreende-se que as relações de saber e poder se constituem mutuamente, onde uma necessariamente está ligada a outra em um movimento constante de produção e materialização de discursos nesses corpos (Teixeira, 2017).

Sendo assim, esse tópico de análise propôs-se um recorte temporal para compreendermos a produção dos “efeitos de verdade” e dos “jogos de poder” em relação a construção da subjetividade do corpo do transgênero masculino. Não se tem a pretensão de chegar a um *locus* originário que descreva a origem das formações discursivas, e sim, evidenciar uma espécie de genealogia do presente, descrevendo a forma como as relações de saber-poder influenciam a subjetivação do transhomem e produzem seus corpos.

“A gente brinca que ser trans é se assumir duas vezes é chegar com a família e dizer ‘sou lésbica’ e depois ‘ah, tá, eu sou transgênero...’” (P1)

Na minha casa a gente não fala sobre sexualidade, sexo... Eu não me identificava com nada, não era lésbica. Sempre gostei de estar nos papéis masculinos. Então, eu não era nada, eu só tava vivendo. (P2)

Daí me denominaram de lésbica, mas aquele termo não se encaixava em mim, porque eu não conseguia ser feminina, não queria ser tratado no feminino, era uma coisa que não se encaixava em mim. Eu demorei mais tempo tentando me encaixar como lésbica do que quando descobrir que era trans, que já fui mudando tudo, o guarda roupa, tudo. (P3)

Eu só tava vivendo. Eu não era lésbica. A transição de gênero pra mim foi uma possibilidade de existir. (P4)

Partindo da compreensão que a formação do sujeito só pode ser entendida dentro de um contexto histórico discursivo, as falas dos participantes evidenciam o momento em que se perceberam fora de uma norma estabelecida socialmente – a lógica cisgênera – sem, necessariamente, se identificarem como sujeitos transgêneros. Nota-se também que a não identificação com algo preestabelecido ocasiona a não identificação de si enquanto sujeito. Butler (2010) relata que os sujeitos estão em movimento constante de busca por inteligibilidade, sendo por meio da performatividade que os sujeitos se atualizam em suas práticas cotidianas para serem reconhecidos como membros de determinado grupo social.

Quando eu comecei a transicionar eu tive uns problemas, porque eu sou muito delicado, gentil, sabe? E as pessoas diziam ‘poxa como é que tu vai ser homem ser tu é muito delicado, todo sensível?’ Ai eu falava, ‘mas o que é que tem a ver? Não tem nada a ver uma coisa com a outra’, mas por dentro eu pensava ‘é verdade eu sou muito sensível como é que eu vou ser homem assim?’ eu passei a sofrer com isso. (P4)

A fala de P4 exemplifica bem a ideia de Rubin (1975) quando relata que o sexo, gênero e reprodução humana estiveram sempre sujeito a uma impiedosa atividade social e foi por ela mudada durante milênios. Portanto, a compreensão do possível e do ilegítimo para cada gênero é reformulado, perspectiva de convergir com os ditos de cada período histórico.

Butler (2004) aborda a construção do sujeito de forma equivalente ao proposto por Foucault (2005), entendendo o sujeito como um resultado da interação de um “Eu” com o “Mundo”.

Quando perguntamos quais são as condições de inteligibilidade pelas quais emerge o humano, pelas quais o humano é reconhecido, pelas quais alguns sujeitos se tornam sujeitos do amor humano, estamos nos perguntando sobre as condições de inteligibilidade compostas por normas, de práticas, que se tornam que se tornam pressupostas, sem as quais não podemos pensar o humano de forma alguma. (Butler, 2004, p,57.)

Destaca-se outro enunciado presente nos relatos acima, uma espécie de unívoco entre a orientação sexual e a identidade de gênero, como se a ambas fossem atribuídos o mesmo significado, talvez menos pelo desconhecimento dos termos, e sim, por um reflexo da cristalização de uma equivalência entre sexo e gênero, presente na lógica cisgênera, na

medida em que, ser lésbica “naturalmente” estivesse condicionado a exercer o papel de gênero feminino.

Eu frequentava muitos grupos de lésbicas e eu não me identificava. Elas tinham comportamentos que eu não gostava. Elas não problema em mostrar o corpo, eu não queria mostrar o meu, iam dizer que eu era uma mulher querendo ser homem (P1).

Eu comecei a pesquisar sobre o assunto com 18 anos. Deixei de lado, deixei pra lá. Eu sabia que não era homossexual e na faculdade tinha computador e internet, então eu fui pesquisar isso. Eu sabia que transexual era aquele cabelereiro né, que dizia que era mulher e ele dizia que não era gay. E eu queria saber o que eu era também, aí descobrir que era a mesma coisa. (P4)

Sobre isso, Butler (2003) afirma que quando compreendido dissociado do sexo, o gênero se torna um artifício flutuante, podendo os termos “homem e masculino”, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. Em outro texto a autora relata que a ausência da percepção da sexualidade fluida, como algo não fixo, contribui para a propagação de um discurso patologizante das identidades, que legitima uma única expressão como possibilidade (Butler, 2009).

Desta maneira, criam-se expectativas sobre as formas verdadeiras de tornar-se homem, de se construírem corpos que atendam a ordem discursiva em vigor. E nesse jogo o transhomem busca adequar-se às expectativas de uma ordem que o nega e legitima ao mesmo tempo. Quando perguntado ao P4 o que ele mudaria em seu corpo, o que o incomodava mais, ele relatou que:

O peito, com certeza! Pelo menos é o que eu percebo muito nos meninos. E eu percebo isso, é como eu te digo 'é sintomático esse peitoral', não sei é uma tara. Eu acho que tem a ver com algo feminino, não sei, o peitoral assim, não sei te dizer, acho que é fetiche do homem ter o peitoral, não é nem o pênis, pelo menos alguns de nós são bem resolvidos, a maioria quer ter um pênis, mas o principal, a primeira coisa que dá vontade de fazer é tirar o peito, porque é um terror, quando o meu começou a nascer eu chorei muito eu dizia assim "não! não!" por quê? eu já era fortinho, já tinha um peitoral assim, bonzinho, e quando começou a nascer aquilo em mim eu falei "não! não! eu não acredito!"(P4)

Na perspectiva de entrar na ordem do discurso, os sujeitos transhomens buscam o uso de tecnologias para tornarem-se inteligíveis.

Eu pesquisei como fazia meu Binder, eu fiz meu binder pra ficar com uma imagem mais passável (P2).

Na perspectiva de P2 ele necessitaria do uso do binder para não ser percebido fora da lógica cisgênera, é como se ao mesmo tempo em que seu corpo é objeto de resistência de normas que o subjugam, também é o meio pelo qual introjeta o discurso que o patologiza. Torrano (2010) relata que estamos sempre submetidos e sempre livres, porque toda a relação social guarda a possibilidade de relação de poder, assim como toda a relação de poder é sempre passível de mudança (p, 26).

Outro participante que relatou ter vivenciado sentimentos semelhantes ao de P4 em relação ao crescimento do peito é o P1, ele também demonstra congruência como o discurso heteronormativo, como se verifica abaixo:

Criança eu queria ser menino, porque eu acho que ainda não conhecia a palavra lésbica. Então, eu queria ser um menino, então eu lembro que quando tinha 8 anos de idade e me olhava no espelho e via meu peito saindo, E eu batia nele, trancado no banheiro sem que minha mãe visse, já que ela era evangélica e o meu pai militar. Eu batia no meu peito e falava “por que eu tenho que ter isso?”(P1)

Pensar na construção dos corpos especificamente daqueles que não correspondem a matriz cisgênera é antes refletir sobre o “assujeitamento” advindo das relações de poderes implicadas nessa constituição. Lima (2014) discorre que nesse processo de pensar resistências, “as dimensões corporais, as expressões de sexualidades, a produção ficcional dos sexos, dos desejos, enfim possibilidades de subverter a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória” (p, 16) é percebida nas rupturas dos discursos no momento em que se subverte a norma preestabelecida.

Sendo assim, o poder se dá nas relações através do discurso, é também o discurso que abre a possibilidade de resistência, nesse sentido “é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia de oposta” (p, 24).

5.1.1. Supõe-se que a interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga e negar que exista.

Foucault (2014) definiu a interdição como um procedimento de exclusão, que organiza e distribui os discursos na sociedade. Segundo o autor, é sabido que não se tem o direito de falar sobre tudo, que não se pode dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Nessa perspectiva os procedimentos de interdição atuam como meios de controle dos ditos, por meio da produção das instituições e dos meios pelos quais serão propagados. Foucault (2014) também relata que nas regiões da sexualidade e da política, onde a interdição se exerce e as amarras se multiplicam, “o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo, privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”. (p.9).

Eu não contava isso pra minha mãe. Eu nunca contei o que sentia pra minha mãe, porque meu Deus do céu. Um dia ela me pegou com a roupa do meu irmão... eu não queria ir pra igreja, porque eu tinha que vestir vestido, salto, porque eu era obrigado a usar... e aquilo pinicava o meu corpo... aí ela foi, e, eu aproveitei pra vestir a roupa do meu irmão. Ela esqueceu a Bíblia, quando ela voltou e me viu com a roupa do meu irmão eu levei uma surra. Daí, depois eu me fechei e resolvi não falar mais nada. (P1).

Foucault (1979 citado por Torrano, 2010) ao falar do poder disciplinar, atribui a este caráter relacional, disperso no cotidiano, advindo de “todos os lugares” não consiste numa entidade fixa, se faz nas relações sociais. Nesse aspecto “há formas de institucionalizações do poder, por exemplo, a família pode sê-lo, mas poder em si é modo de ação”, logo é preciso

um movimento mutuo de interlocutores, “não se trata de modos de submissão a determinado discurso, mas sim de governo de uns sobre os outros” (p. 21). Portanto, essa forma de poder, uns sobre os outros, perceptível na família de P1 e P2, categoriza o sujeito, marca-o pela sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe a ele uma lei de verdade que ele deve reconhecer e que os outros reconheceram nele. É o poder que os torna sujeitos (Torrano, 2010).

Eu sempre me identifiquei como homem. Mas a temática sexualidade não era falada na minha casa. E eu não tinha muita abertura para falar com minha mãe, porque ela trabalhava e ficava muito tempo fora de casa. Quando eu passei a entender algumas coisas, foi a partir da escola, no convívio, mas não era conversado isso nem na escola.
(P2)

Minha avó nunca foi direta, dizendo que eu “não pode usar” mas fazia comentários que diziam que eu não estava agradando. [...] ‘tu vai sair com essa roupa, muito larga, não aperta, não faz uma cintura, vai cortar teu cabelo desse tamanho? Tava tão bonito o cabelo grande’ e esses comentários me deixavam pra baixo, porque eu sabia que não estava agradando e eu me importava muito com o que ela e a minha mãe iam pensar
(P3).

Nos relatos é perceptível a tentativa de silenciamento da identidade dos transhomens, pois a temática “sexualidade” apresenta-se ligada a um comportamento, desejo ou vivência que deve ser evitada. Se a sexualidade normalizada se apresenta como o grande interdito das pessoas, aquilo que está fora da normalização, deverá, menos ainda, ser pronunciada, e quando for imediatamente silenciada. P1 e P2 demonstram que a apresentação de

comportamentos diferentes do esperado para seu sexo biológico, pode ter aflorado o processo de mutismo em torno de suas expressões da sexualidade.

Eu queria ser menino, eu lembro que quando eu tinha 8 anos de idade e meu peito ia saindo, eu batia nele, trancado no banheiro, sem que minha mãe visse. Eu batia e me perguntava “por que eu não sou igual ao meu irmão? – e batia – Por que eu tenho que vestir essas roupas?” Eu me machucava, me batia, porque eu não queria aquilo. (P1)

Quando eu cortei meu cabelo e cheguei em casa meu pai me olhou e disse “meu Deus, agora eu vi mesmo que tu estás ficando louco, tu cortaste mesmo teu cabelo? Quando tua mãe chegar ela vai entrar em pânico!” [...] ela disse coisas horríveis, disse que eu podia ser tudo, mas mudar a minha aparência já era demais, que eu já namorava uma menina e que isso já era demais. O que a família ia pensar, o que os vizinhos iam falar quando te ver assim... e ela passou um tempo sem falar comigo. (P2)

Quando solicitado a P3 que relatasse o momento em que se percebe não correspondente às expectativas atribuídas ao seu sexo, tem-se a seguinte resposta:

Eu lembro de uma vez que fui pra formatura do ABC da minha irmã, aí minha mãe colocou um tênis, uma calça jeans e uma camisa de bichinho que eu gostava. Ai eu estava feliz da vida, porque eu tava com uma calça jeans bacana, ai eu fui dançar a valsa com a minha irmã, ai eu tava feliz, porque eu tava dançando com ela, como os outros meninos estavam dançando com as suas irmãs a valsa (P3)

P3 também relatou que esse comportamento só poderia ser demonstrado quando estava com sua genitora, pois apesar de não haver diálogos sobre a sua percepção de inadequação à lógica cisgênera, ela agia com naturalidade em relação a sua identidade. Todavia, como residia com sua avó e esta não o compreendia sua identidade, ele deveria encarnar um personagem e agir conforme esperado pelo seu sexo biológico.

Foucault (1988, p. 82) alega que as características dos mecanismos de censura apresentam a seguinte lógica “liga o inexistente, o ilícito e o ‘informulável’ de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro” devendo o interdito ser anulado no real, pois;

O que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência. A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser anunciada como injunção de inexistência, de não manifestação, e de mutismo (Foucault, 1988, p. 82).

Quando eu tinha 14 anos minha mãe disse que ela começou a notar que eu achava mulher bonita na rua, e eu comecei a ter amigas que eram lésbicas, bastante visíveis, masculinas, bem masculinizadas. Então, ela começou a notar e viu que eu ia por esse caminho, digamos, e ela começou a proibir a minha amizade com essas pessoas, e começou a arrumar namorado pra mim. (P1).

Esse processo de silenciamento não se dá de maneira passiva, consiste numa relação, onde um deseja exercer o poder e outro se assujeitar. Desta maneira, é notável que nesses mecanismos de censura, a interdição, a separação e a rejeição e a vontade de verdade, como

veremos mais a frente, são meios de controlar e redistribuir a produção de um discurso, já que, em toda a sociedade há mecanismos de controle, produção, seleção e distribuição de discursos “que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 58).

5.1.2. Vontade de Verdade: a construção discursiva do Corpo Transhomem

Esse tópico se deteve a analisar de que maneira os transhomens se constituem enquanto sujeitos discursivos, que “verdades”, enunciados e discursos seus corpos evidenciam. Como ponto de partida iniciara-se com os ditos científicos e sua relação com a construção do corpo trans. Entende-se que este processo de construção identitárias sobre transhomens o modelo vigente e idealizador é o modelo heteronormativo masculino. Portanto, quase que “naturalmente” os transhomens buscam tecnologias que os assemelhem a tal identidade.

Desta maneira, no processo de tornar-se inteligível ou sujeito como define Foucault, P2 se constrói no momento em que se identifica com os discursos sobre a transexualidade, como nota-se na passagem abaixo:

Um dia, assistindo televisão, eu vi passar uma reportagem sobre transgênero. Foi então que eu fiquei pensando, ‘eu sempre me senti como esse garotinho’ – era um homem trans, só que ainda criança – eu sentia as mesmas coisas. [...] eu comecei a entender e pesquisar por conta própria, mas eu não conhecia outro homem trans, não sabia nem se aqui em Belém existia mais alguém, eu achava que era o único aqui. Daí eu comecei a minha caminhada só, e minha mãe percebeu que eu estava pesquisando

sobre transexualidade e ela disse ‘Ah, tu vais querer me dizer que agora tu és isso aí?! Vai me dizer que tu é trans? Olha mãe, eu sou!’ (P2).

Berenice Bento (2006) em seu livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” aborda um conceito sobre dispositivo da transexualidade. Este seriam a forma como se produzem “verdades” sobre os corpos transgêneros. A autora afirma que “o sujeito localiza suas dores exclusivamente em sua subjetividade, não conseguindo perceber os dispositivos sociais que atuam na produção dessa verdade/lugar” (p. 14). Ou seja, os sujeitos transgêneros não perceberiam os jogos de verdade e modos de subjetivação que lhes são “ofertados”, pois a busca pela legitimação de sua vivência dissuade de cena as particularidades dessa relação de controle.

Antes da transição eu acho que sofria mais preconceito, digamos. Pelo fato de ter o rosto bastante feminino e me vestir com roupas masculinas. Então eu acho que eu tinha assim mais preconceito, com a minha família, inclusive com a minha mãe. A gente saía e as pessoas perguntavam ‘quem é?’ E ela dizia ‘é fulana’ Fala meu nome e as pessoas ficavam pensando ‘ah, eu pensei que era um menino’ E daí ela ficava um pouco constrangida (P1).

A gente passa preconceito enquanto homem trans mais no início da transição quando a gente ainda não tá hormonizado, que é difícil das pessoas respeitarem, até mesmo dentro do meio LGBT. Eu consegui falar com os meninos, organizar nossa ida e pela primeira vez nós conseguimos ir na parada LGBT de Ananindeua e quando nós chegamos lá parecia que tinham caído uns aliens, elas olhavam estranho, ninguém entendia (P2)

Eu comecei a transicionar em 2012, passei o ano de 2013 todo mudando meu guarda-roupa, cortando o cabelo, ai em 2014 foi quando eu comecei o meu tratamento hormonal, que é quando finalmente você começa de fato a ver as mudanças. Porque você mudar o guarda-roupa, mudar o corte de cabelo, ainda assim as pessoas não te tratam da forma que elas deveriam te tratar. Mesmo você estando vestido no masculino, de cabelo cortado, quando você vai falar e a sua voz não é condizente, ai eles continuam te tratando no feminino, porque o rosto ta feminino, o corpo ta feminino ainda (P3).

Jorge Leite Junior (2008) em seu artigo “Nossos Corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “Transexual” no discurso científico discorre sobre a confusão que a troca de vestiário causava na sociedade, pois “as roupas sempre foram em nossa cultura um importantíssimo signo de gênero e status, cuja a função era – e ainda é, hoje em dia – o de regular e vigiar as fronteiras culturalmente criadas entre os sexos/gêneros e grupos sociais (Leite Jr., 2008, p. 43).

Eu dizia que eu era um ET [...] eu não me encaixava com as lésbicas masculinas e eu via que não tinha nada a ver [...] elas queriam ficar de top e eu não, elas diziam “tu tens vergonha do teu corpo? ” e eu não queria ficar sem roupa, se não iam dizer “ah, é uma mulher querendo ser homem...” então eu não tinha termos pra me classificar e eu dizia que era um ET. (P1)

Bento (2012) também corrobora para o entendimento da marginalização que as identidades transgêneras vivenciam. Segundo a autora há um mecanismo, bem estruturado,

que dita as normas de gênero que dão vida ou silenciam performatividades de gênero, sendo as identidades “transformadas” postas à margem pelo saber médico e pela crença social de único modelo legítimo de identidade.

[...] um menino disse que eu podia ir no psicólogo e eu fui numa unidade básicas, primeiro pra solicitar o meu nome social no cartão do SUS. Cheguei lá ninguém sabia de nada e quando chegou o cartão estava errado[...] marquei com a Psicóloga e foi só mais cagada na minha vida depois da Psicóloga, porque eu fui lá conversar com ela e ela disse “olha, eu entendo, mas assim, você não precisa trocar suas roupas sabe? Eu tenho amigas que são e elas não dão pinta, não precisam dar pinta...” Eu disse “olha Doutora a senhora não está me entendendo, eu não sou homossexual, sou uma pessoa trans, eu sei o que eu sou! Eu acho que tô sabendo melhor do que a senhora, porque eu sei a diferença de uma pessoa trans para uma pessoa homossexual (P2).

Esse relato de P2 possibilita visualizarmos que a no processo de tornar-se sujeito, de reconhecer em um discurso, é comum a procura por um especialista, aquele que pode lhe dizer a “verdade”. O papel desse especialista, é, então, possibilitar o conhecimento do fato para que, sejam realizadas intervenções, que por definição buscam uma normatividade, “normalidade” e padronização. Em outro relato, nota-se com mais clareza a percepção de enunciados que se mesclam com a religiosidade e atribuem aspectos sobrenaturais a vivência da identidade transgênera.

Eu sai de casa, com 16 anos, para morar sozinho, porque minha mãe, como te falei, eles eram muito rígidos e eu cheguei pra minha mãe e falei pra ela “eu não quero mais ser crente, não quero mais ir para a igreja e outra, eu gosto de mulher. Pra ela foi,

quase que ela enfarta. Brigou, me levou num psicólogo, nos melhores psicólogos evangélicos de Belém. Diziam que eu estava com o diabo no meu corpo, que isso era uma pomba-gira... ai chegou um que foi mais longe e disse 'olha comece a arranjar namorado pra ela. (P1).

Minois (2003 citado por Leite Jr. 2009) fala da percepção maniqueísta ligada as identidades, onde aquilo que não é claro, constante, verdadeiro, assumindo uma identidade diabólica passando a ser percebido como “inversão de Deus”. Murta (2009) explicita que os discursos médicos “científicos” que tentam há muito tempo explicar a transexualidade e influenciam na compreensão dos próprios indivíduos e não levam em conta a reflexividade, que permitiria o exame constante das práticas sociais (p, 29).

Desta maneira, a única forma aceitável de vivenciar a identidade masculina pelos transhomens é por meio da adequação proposta pelo processo transexualizador no SUS. O próprio processo transexualizador é um mecanismo que nega e legitima a identidade trans, possibilita o reconhecimento da diversidade, ao passo que organiza, ordena as práticas discursivas, o mesmo processo que exclui o sujeito transgênero da vivencia “normal” de sua sexualidade, o inclui de maneira perversa (Bento, 2011).

Isto posto, o sujeito trans entra na ordem do discurso e se qualifica como detentor de uma anormalidade, perde seu estatuto de “maioridade”, é desqualificado enquanto sujeito de direito, torna-se juridicamente incapaz e passa a integrar um processo de adequação propostos pelas instituições.

Com o tratamento hormonal, tu tens um ano há um ano e meio para mudar bastante, que é quando você nota a mudança. No ano que comecei minha mudança hormonal eu não consegui emprego e nas entrevistas que eu tinha a gente nota a transfobia, porque

“você chega lá e o nome é uma coisa e a aparência é outra e eles começam a falar ‘ah, qualquer coisa eu entro em contato’ e esse contato nunca vem. [...] tanto que depois que eu comecei meu tratamento hormonal e tive coragem de colocar currículo de novo só que dessa vez com o nome social, porque a aparência ia condizer com o nome, eu já fui mais confiante e consegui o emprego (P3).”

O transgênero perde a autonomia do seu corpo e passa a integrar um movimento de busca de legitimidade submetendo-se ao processo transexualizador, num movimento que o patologiza por uma inadequação física, e, pretende curá-lo por meio de procedimentos cirúrgicos. O discurso médico tem sido então aquele que legitima os padrões de normalidade de um determinado grupo social” (Ávila, 2014).

“Daí meu pai não aceitava. Faz 1 mês que ele foi completamente grosseiro. Minha mãe disse pra ele me chamar de ‘Guto’ [...] ela disse ‘olha chama ele de ‘Guto’ não chama de ‘fulana de tal’ e meu pai respondeu ‘pra mim vai ser isso, e eu não vou mudar, vou morrer assim, chamando, porque nasceu mulher...’ e a mamãe disse ‘não interessa tem que respeitar o que ele quer que chame’ ele respondeu ‘ela já fez a cirurgia?’”. Minha esposa respondeu “o senhor é muito grosseiro! Não interessa se ele fez a cirurgia ou não, ele se sente dessa forma, o senhor tem que respeitar” (P1)

Na busca de uma integridade os participantes não se percebem incorporando o discurso patológico atribuído a sua identidade, como verificamos abaixo:

“Depois da minha transição, tipo a minha mãe aceitou tranquilamente. Ao contrário ela ficou muito feliz, que hoje ela pode me apresentar como filho (P1).”

Butler (2009) afirma que o diagnóstico é validado pelos sujeitos transgêneros, porque é visto como possibilidade de se atingir uma imagem ideal de forma economicamente viável. Todavia, a firme oposição ao diagnóstico se dá porque ele continua a patologizar como doença mental a expressão da identidade

Por mais que a gente passe por todos esses processos a sociedade continuaria vendo a gente do mesmo jeito. Sempre terá alguém que irá dizer que não é um homem de verdade. É muito mais aceitável um homem trans cirurgiado, bombadinho, branco, ele é muito mais respeitado (P2)

Quando você tem que passar por esses profissionais para comprovar que você realmente é um homem trans pra poder fazer a cirurgias ou ser encaminhado. Você vai chegar naquele local e você vai achar que é como se fosse uma avaliação, todo mundo ta te avaliando, pra saber se você é mesmo um homem se comporta como um homem, age como um homem. Então, você vai ficar com aquilo na cabeça então muitas vezes você pode chegar lá e mentir descaradamente, você falar que faz alguma coisa lá, mas que aqui fora você não faça, só pra reproduzir um estereótipo do homem, para ele te avaliar e encaminhar para a cirurgia. (P3)

As falas acima são reflexos da incorporação do discurso médico. É importante evidenciar que o poder não deve ser entendido apenas como dominação, supremacia. Ele deve ser entendido como relacional posto em pratica nas ações, de forma que não pode ser dissociado do conhecimento (Foucault, 2002 p, 203 citado por Torrano, 2010, p. 23). As verdades veiculadas, produzidas sobre a possibilidade de vivencia da identidade do

transhomem é posta em prática, a todo o momento, pela mídia, família, escola, instituições médicas e pelo próprio sujeito transgênero, de maneira que o poder possa circular e atribuir mais ou menos legitimidade a um saber específico sem necessariamente eternizá-lo como verdade última, já que o próprio movimento que produz o poder o formula e reformula constantemente.

6. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi descrever de que forma se tece relações de controle e de verdades sobre os corpos de transhomens. Que verdades seriam essas que determinam vivências e expressões, compreendendo tal sujeito que se assujeita e se constrói nos discursos médicos que os reduzem a uma anormalidade, nos midiáticos que os transformam ‘num grande espetáculo’, nos discursos da escola e da família que tentam sem sucesso silenciar sua existência através de interdições diárias.

O caminho escolhido para o clareamento do tema possibilitou o entendimento de uma relação indissociável entre as verdades produzidas e os poderes a elas direcionados. Também possibilitou um olhar para si enquanto sujeito discursivo, produtor e produto de discursos. Nesse percurso, questionamos a construção do corpo do transhomem ligado ao imperativo heteronormativo, o corpo discursivo se faz entranhado na heteronorma que controla até mesmo as rupturas, pois quando o sujeito – submisso e dócil – se possibilita questionar a ordem do discurso a faz na crença de sua individualidade, acredita numa escolha livre, onde espontânea vontade ‘escolhe’ submeter-se ao discurso que o patologiza, o desqualifica e o torna um corpo heterossexual.

A construção desse corpo normatizado denuncia a crença na percepção da identidade cisgênera como lugar legitimidade. Os poderes imbricados se fazem presentes frequentemente nas ‘vontades de verdades. Nas relações de poder e na constituição desses corpos. Notaram-se nos discursos científicos e nas falas dos participantes constantes inclinações em categorizar a si mesmo, por parte dos entrevistados e de categorização desse sujeito por meio dos discursos científicos. Percebemos essa atitude por parte dos participantes como uma maneira de tornar-se inteligível. Já quando percebemos essa categorização nos textos científicos acreditamos que ela se relacione com a ideia de que quanto melhor

classificado, e descrito o sujeito mais fácil torna-se exercer o poder sobre ele. Nessa lógica, o discurso do homem “verdadeiro” (modelo heteronormativo) está tão presente a ponto dos sujeitos buscarem aproximação da sua imagem, a do homem cisgênero, como se houvesse a necessidade de adequação a heteronorma, como se a própria criação da transexualidade fosse uma tentativa de mantê-los a margem.

Problematizar essas questões é repensar posições de poder, de legitimidade sobre determinado assunto, é compreender a finalidade dos discursos que permeiam a prática analisada. É falar e buscar mudanças sociais que possibilitem lugares outros a essas pessoas, novas formas de reconhecimento, de tornar-se inteligível, de possibilitar a produção de outras subjetivações sobre as identidades transgêneras. Acreditamos na necessidade de contrapor a lógica binária reforçada pelo discurso médico/científico no objetivo de possibilitar novas perspectivas que ajudem a pensar a transexualidade não como “uma doença que precisa ser curada”, mas como uma entre tantas outras formas de vida para além dos binarismos rígidos de gênero.

Nesse ensaio em concluir o inesgotável, na tentativa de findar deixando claro que é preciso continuar, pois o processo de construção e reformulação dos discursos possibilita a mudança de posição de poder, permite resistências, que por sua vez, colocam em práticas novos discursos em se estabeleceram novos modos de poder. Ficamos com a ideia de concretude que os discursos científicos são grandes influenciadores na construção da transexualidade como doença. Essa percepção provoca sofrimentos e inúmeras dificuldades de diversas ordens na vida das pessoas transgêneras, por outro lado e com base no que já fora dito, esses mesmos discursos abrem a possibilidade à produção de subjetividades trans e à constituição de sujeitos, na medida em que o sujeito transgênero não é de todo passivo nesse processo.

7. CRONOGRAMA

Abaixo segue o cronograma para a execução desta pesquisa.

PROCEDIMENTOS	MÊS
Revisão teórica	10 agosto (2017) a 01 setembro (2017)
Identificação dos entrevistados, realização dos contatos	10 agosto (2017) a 27 agosto (2017)
Realização das entrevistas	27 de setembro (2017) a 13 outubro (2017)
Análise de dados	15 outubro (2017) a 10 novembro (2017)
Elaboração do produto	15 novembro (2017) a 10 dezembro (2017)
Elaboração da dissertação	15 dezembro (2017) a 10 janeiro (2018)
Revisão	15 janeiro (2018) a 30 janeiro (2018)

Fonte: elaboração própria.

8. REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). DSM-V: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora.
- Arán, M., Zaidhaft, S., & Murta, D. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 20(1).
- _____ (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis*, 19(1),15-41.eh
- Araújo, Á. C., & Lotufo Neto, F. (2014). A nova classificação americana para os transtornos mentais: o DSM-5. *Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 16(1), 67-82.
- Arantes, P. C. C., & Deusdará, B. (2017). Grupo focal e prática de pesquisa em AD: metodologia em perspectiva dialógica. *Revista de Estudos da Linguagem*, 25(2), 791-814.
- Ávila, S., & Grossi, M. P. (2010) “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a Transexperiência Masculina”. *Fazendo Gênero* 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 1-10.
- Ávila, S. (2012). El género desordenado: críticas em torno a la patologización de la transexualidad. *cadernos pagu*, (38), 441-451.
- _____ (2014) “Nós Queremos Somar!” – A Emergência De Transhomens No Movimento Trans Brasileiro.
- Beauvoir, S. (1967) *O Segundo Sexo II: a experiência vivida*. Difusão Européia do Livro, 2ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo.

Bento, B. (2006) A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 256p.

_____ (2009). A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. (4), 95-112.

_____ (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas, n. 19

_____ (2012). Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova Ciência e Saúde Coletiva, 17 (10), 2655-2664.

_____ & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Revista Estudos Feministas, 20(2), 569-581.

Boas, C. T. V. Para ler Michel Foucault. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 2012.

Borba, R. (2014). Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, (17).

Butler, J. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.

_____ (2003) O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu (21).

_____ (2005). Giving an account of oneself. Oxford University Press.

_____ (2009). Desdiagnosticando O Gênero. Physis Revista De Saúde Coletiva, 19 (1), 95-126.

_____ (2010). *Performative Agency. Journal Of Cultural Economy*. v. 3, n. 2.

- Bruns, M. A. T., & Pinto, M. J. C. (2003). *Vivência transexual: o corpo desvela seu drama*. Campinas, SP: Átomo.
- Caregnato, R, C, A, & Mutti, R. (2006). Pesquisa Qualitativa: Análise De Discurso Versus Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15(4): 679-84.
- Castel, P. H. (2001) Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111.
- Ceccarelli, P. R. (2008). O corpo como estrangeiro. *Ide*, 31(47), 54-60.
- _____. (2010). A patologização da normalidade. *Estudos de Psicanálise*, (33), 125-136.
- _____. (2013). *Transexualidades*, coleção clínica psicanalítica. (2ª ed). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cossi, R. K. (2011). *Corpo em obra: contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo*. São Paulo: nVersos.
- Foucault, M., (1978). *História da loucura*. Ed.
- _____. ([1926-1984], 2008). *Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978)*, tradução Eduardo Brandao; revisão da tradução Claudia Berliner. - São Paulo : Martins Fontes.
- _____. (1987). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 4ª edição. 404p.
- _____. (1988). *História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. 11. Ed. Rio De Janeiro, Rj: Graal. 152 p.
- _____. (2008). *Vigiar e punir*. 35ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 288p.
- _____. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- _____ (2014). *A Ordem Do Discurso*. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola. 74p.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.
- Guedes, M. E. (2009). *Subjetividade Do Corpo: Redesignação Sexual E A Identidade Civil*. Rio De Janeiro.
- Günther, H. (2006) *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?* *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, (2), 201-210.
- IBGE (2010) *Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2009 – Perfil dos Municípios Brasileiros*. Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- Jesus, J. G, (2012) *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Goiás, 2ed.
- Junqueira, R. D. (2012). *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 1(01).
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Leite-Jr, J. (2008). “Nossos Corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “Transexual” no discurso científico.
- Leite-Jr, J. (2009). “Que nunca chegue o dia que irá nos separar” – notas sobre epistémê arcaica, hermafroditas, andróginos, mutilados e suas (des) continuidades modernas. *cadernos pagu*, (33), 285-312.
- Leite-Jr, J. (2012). *Transitar para onde? Monstruosidade,(des) patologização,(in) segurança social e identidades transgêneras*. *Estudos feministas*, 20(2), 559-568.
- Lima, F. (2014). *Produções e experiências “TRANS” - Saber, Poder e Subversões*. p. 31-47. In: Lima, F. *Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação* / Fátima Lima. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

- Louro, G. L (2001). Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e Gênero nas Práticas Escolares. In: Silva, L. H. A Escola Cidadã No Contexto Da Globalização, 33-47.
- Mangueneau, D. (2015). Discurso e análise do discurso. São Paulo: Parábola Editorial.
- Medeiros, M. (2002). Divã. Rio de Janeiro: Objetiva, 9-11.
- Neves, J. (1996) Pesquisas Qualitativas- Características, Usos E Possibilidades. Cadernos De Pesquisa Em Administração, 1(3).
- Nery, J. W., Maranhão Filho, E. M. D. A. (2013) Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In) Visibilidade Trans, 2, 139-165.
- Oliveira-Jr., I. B, Lima, E. S. & Maio, E. R. (2012). Heterossexismo e sua Tenacidade nas Políticas Educacionais, Práticas Docentes e Aprendizagem. Revista Educação, Cultura E Sociedade, 2, (2), 134-147.
- OMS (1997). Cid-10 Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10a Rev. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Orlandi, Eni P. (2007) Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.
- Ovidio, (2012) Metamorfosis, Libros I al IV, traducción de J. C. Fernández Corte y J. Cantó Llorca, Madrid, Gredos. 205p.
- Pamplona, R. (2015). Territórios da Transmasculinidade. (Tese de Doutorado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Piscitelli, A. (1998). Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. Estudos feministas, 305-321.
- Pêcheux, M. (2010) Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: Gadet F.; Hak, T. (Org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp.

- Rocha, D. (2014). Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis) curso*, 14(3), 619-632.
- Santos, M. D. F. L. (2010). A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans.
- Transgender Europe (2014). Trans Murder Monitoring. Europa. Disponível em: <http://tgeu.org/>
- Teixeira, J. (2017) Curso de Extensão USP – Aula 01: Arqueologia do saber como princípio metodológico. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qxPmOJW9AmQ&t=2853s>
- Torrano, L. H. (2010). O campo da ambivalência. Poder, sujeito, linguagem e o legado de Michel Foucault na filosofia de Judith Butler (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Vieira, F. S., Amorim, S. M. G., Brancaleoni, A. P. L. & de Oliveira, R. R. (2015) Trans(vivências): entre os direitos humanos e a realidade social. 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP. 1-8.
- Vieira, T. R. (2007). A Cirurgia de adequação de sexo do transexual e a tutela jurídica da integridade física. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 2(1), 17-39.
- Winck, G. E., Petersen, C. M. (2005). O transexual masculino: Considerações sobre rede de apoio social e coping na mudança do sexo anatômico. *Revista Ártemis*, (2).
- Zerbinati, J. P. (2017). Desvelando a Vivência Transexual: gênero, criação e constituição de si-mesmo. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, Pós-Graduação em Educação Sexual, Araraquara, SP, Brasil.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS GERAIS

Nome social: _____ Idade: _____

Grau de Instrução: _____ Atividade: _____

1. **TEMA RELAÇÕES AFETIVAS FAMILIARES** (Me conta um pouco sobre sua Família, tens irmãos, sua família é composta por quantas pessoas, como é sua relação com sua família);
2. **A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE TRANSGÊNERA** (quando você se percebeu transhomem, como você lidou com isso);
3. **TEMA CORPO** (como você visualiza teu corpo, quais são teus desejos, o que significa ser transhomem pra ti);
4. **TEMA CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO** (o que você pensa sobre a cirurgia; você faria a cirurgia, você acha que a cirurgia mudaria algo em sua vida);
5. **TEMA RELAÇÕES SOCIAIS** (como você acha que as pessoas te veem; você tem alguma dificuldade para participar de grupos sociais);
6. **TEMA EXPECTATIVAS DE VIDA** (perguntar o que ele planeja para o futuro, como se vê no futuro).

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Silvanie Campos de Souza, RG 57 101 59, sou Psicóloga e mestrande de Educação Sexual da Universidade “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, sob a supervisão da Prof^ª Doutora Maria Regina Momesso. Estou realizando uma pesquisa que tem como título “A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CORPO TRANSGÊNERO: o que Foucault tem a dizer sobre isso”. Analisar as relações de saber e poder presentes na vivência dos homens transgêneros, descrevendo as formações discursivas que possibilitam a ressignificação de seus corpos dentro das normas sociais. Trata-se de um estudo qualitativo que busca conhecer em profundidade como se dá a vivência da sexualidade dos homens transgêneros, haja vista que, esse grupo sofre constantes preconceitos e estereótipos devido sua condição transgênera. Os instrumentos utilizados nas entrevistas serão um gravador de áudio, um questionário socioeconômico e um roteiro de entrevista. Os dados obtidos serão gravados e integralmente transcritos sendo excluídos quaisquer dados que identifiquem as pessoas entrevistadas, garantindo assim, o anonimato aos participantes.

Você está sendo convidado a participar voluntariamente desse estudo. Sua participação consistirá em fornecer uma entrevista, na qual, fará um relato sobre sua vivência quanto transhomem.

Decidindo favoravelmente a sua participação voluntária neste estudo é importante saber que:

- 1) Você poderá declinar de sua participação da pesquisa a qualquer momento, se assim preferir, não havendo qualquer prejuízo pessoal a sua pessoa;
- 2) Você terá acesso a sua entrevista depois de transcrita e caso haja algum desconforto em relação ao relato poderá retirar seu consentimento ou solicitar que algumas questões que cause constrangimento seja excluído;
- 3) A pesquisa poderá ser utilizada posteriormente para trabalhos científicos sempre mantendo sua identificação em sigilo, assegurando-lhe completo anonimato, pois as informações que poderá identificá-lo serão excluídas;
- 4) Essas informações, por serem de caráter confidencial, serão apenas utilizadas para os objetivos desse estudo;
- 5) Destaca-se que sua participação é voluntária e depende exclusivamente de sua vontade em colaborar com a pesquisa;
- 6) Não será cobrado nada; não haverá gastos, caso ocorram é garantido ressarcimento, bem como a indenização diante de eventuais danos comprovadamente decorrente da pesquisa;
- 7) Pode haver riscos, sobretudo no que se refere ao desconforto emocional do participante. Caso isso ocorra, o depoente, caso queira, poderá encerrar sua participação na pesquisa;
- 8) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com o pesquisador

principal, Silvanie Campos de Souza por meio do telefone (91) 99271 6507.

Com os resultados obtidos, pretende-se contribuir para compreender a realidade de discriminação e marginalização vividas por pessoas transgêneras e quiçá possibilitar uma possível erradicação da transfobia.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:

Silvanie Campos de Souza – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.

Telefone pessoal: (91) 99271 6507 (ligações inclusive a cobrar)

E-mail: silvanie.cs@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:

Professora Dra. Maria Regina Momesso cadastrada no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 (Docente de Língua Portuguesa, Literatura e Redação Técnica do CTI-FEB/UNESP) Endereço: Avenida Nações Unidas, n. 58-50 - Núcleo Res. Pres. Geisel. Cep 17033-260, Bauru – SP

Telefone pessoal: (14) 99633 6997 (ligações inclusive a cobrar)

Email: regina.momesso@feb.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE C – ROTEIRO DO QUESTIONARIO SOCIOECONOMICO

Nome social _____

Idade _____ Raça/Etnia (auto declaração) _____

Grau de Instrução _____

Natural do Estado _____ Residente no Estado _____

Residente na Cidade _____ Casa própria () sim () não

Estado Civil _____ Números de filhos _____

Atividade desempenhada _____

Renda familiar () de 0 a 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos

() de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 4 salários mínimos

() acima de 5 salários mínimos